

CURSO DE ENFERMAGEM

Carla Adriana de Oliveira

**O USO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL POR
AGRICULTORES: ESTUDO EM UM MUNICÍPIO NO INTERIOR DO RIO GRANDE
DO SUL**

Santa Cruz do Sul

2020

Carla Adriana de Oliveira

**O USO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL POR
AGRICULTORES: ESTUDO EM UM MUNICÍPIO NO INTERIOR DO RIO GRANDE
DO SUL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Enfermagem.

Orientadora: Prof^a. Enf^a. Dr^a. Luciane Maria Schmidt Alves

Santa Cruz do Sul

2020

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL – UNISC
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Santa Cruz do Sul, dezembro de 2020

**O USO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL POR AGRICULTORES:
ESTUDO EM UM MUNICÍPIO NO INTERIOR DO RIO GRANDE DO SUL**

Carla Adriana de Oliveira

Esta monografia foi submetida ao processo de avaliação pela Banca Examinadora.

Foi aprovada em sua versão final, em 18 de dezembro de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Profª Enfª Drª Luciane Maria Schmidt Alves
Orientadora

Profª Enfª Drª Aline Fernanda Fischborn
Integrante da banca

Profª Enfª Drª Analidia Rodolpho Petry
Integrante da banca

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente, a Deus, por iluminar meu caminho e permitir-me superar os desafios e dificuldades enfrentados no decorrer do meu processo de formação.

À minha família, por me incentivar, apoiar e comemorar comigo cada etapa concluída com sucesso. Mãe e pai, quero que saibam que seu cuidado e amor foi que nos momentos desafiadores, deram a força necessária para prosseguir. Obrigada pelo carinho e por serem exemplos de determinação.

À professora e orientadora Luciane Maria Schmidt Alves, pela paciência, conhecimento e tempo direcionados a mim durante o período de construção deste trabalho. Sou grata pelos seus ensinamentos e por instigar-me a buscar constantemente conhecimento.

Aos profissionais que atuam na Secretária de Saúde, bem como aos enfermeiros e ACS que labutam na ESF I do município de Passo do Sobrado, obrigada pela acolhida e colaboração, que possibilitaram tornar realidade o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos trabalhadores rurais que participaram do estudo e aceitaram pausar suas atividades para responder meus questionamentos, quero salientar minha gratidão. Sem vocês esta pesquisa não seria possível.

A todos que de alguma forma colaboraram para o desenvolvimento deste estudo, meus sinceros agradecimentos.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Perfil sociodemográfico dos trabalhadores rurais.....	12
Quadro 02 – Histórico ocupacional dos agricultores	14
Quadro 03 – Adesão ao uso dos EPIs	19

LISTA DE SIGLAS

AB	Atenção Básica
APS	Atenção Primária à Saúde
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
EMATER/ RS	Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão rural
EPI	Equipamento de Proteção Individual
ESF	Estratégia de Saúde da Família
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
QV	Qualidade de vida
RS	Rio Grande do Sul
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TR	Trabalhador rural
UNISC	Universidade de Santa Cruz do Sul

SUMÁRIO

	ARTIGO CIENTÍFICO	7
1	INTRODUÇÃO	8
2	METODOLOGIA	10
3	RESULTADOS E DISCUSSÕES	12
3.1	Perfil sociodemográfico e ocupacional dos trabalhadores rurais	13
3.2	Adesão ao uso dos EPIs pelos agricultores	19
3.3	Compreensão da importância da utilização dos EPIs para a saúde pelos agricultores	24
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
5	REFERÊNCIAS	28
	ANEXOS	
	ANEXO A – Parecer de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa	33
	ANEXO B – Normas para Publicação em Revista Científica	36
	ANEXO C – Projeto de Pesquisa	44

ARTIGO CIENTÍFICO

O USO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL POR AGRICULTORES: ESTUDO EM UM MUNICÍPIO NO INTERIOR DO RIO GRANDE DO SUL

Carla Adriana de Oliveira¹

Luciane Maria Schmidt Alves²

RESUMO

O trabalhador rural realiza serviços árduos e expõe-se a riscos ocupacionais que exigem como medidas de prevenção a adesão aos equipamentos de proteção individual (EPIs). Neste contexto, o presente estudo objetivou averiguar a adesão dos agricultores de um município do interior do estado do Rio Grande do Sul (RS) para o uso dos EPIs e tratou-se de um trabalho exploratório, descritivo de abordagem qualitativa, realizado com 20 agricultores. Os dados foram analisados por meio do método de análise de conteúdo e identificou que um número superior de entrevistados foi do sexo masculino (60%), casado (50%), com dois filhos (75%), faixa etária entre 31 e 40 anos (35%) e ensino médio incompleto (40%). Evidenciou-se que os trabalhadores participantes eram produtores de milho, arroz, soja e tabaco e gostavam do setor rural (85%). Percebeu-se ainda que 60% fazem uso dos EPIs de forma correta, enquanto 40% não usam ou aderem em partes, mesmo compreendendo os benefícios dos EPIs, pois 80% identificam as vantagens para a saúde. Consideramos assim, a necessidade de realizar ações educativas que visem conscientizar os agricultores sobre a importância de utilizar as tecnologias de proteção.

Palavras-chave: Promoção da saúde; Qualidade de vida; Riscos ocupacionais; Tecnologia de proteção; Trabalhador rural.

THE USE OF PERSONAL PROTECTIVE EQUIPMENT BY FARMERS: A STUDY IN A MUNICIPALITY IN THE STATE OF RIO GRANDE DO SUL

¹ Discente do décimo semestre do Curso de Enfermagem pela Universidade de Santa Cruz do Sul. E-mail: adrianacarla423@gmail.com

² Enfermeira. Doutora em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul. E-mail: lucianealves@unisc.br

ABSTRACT

The rural worker performs hard work and is exposed to occupational risks that require, as preventive measures, the use of personal protective equipment (PPE). In this context, the present study aimed to investigate the adherence of farmers from a municipality in the state of Rio Grande do Sul (RS) regarding to the use of PPE. It was an exploratory study, descriptive with a qualitative approach, carried out with 20 farmers. The data was analyzed using the Content Analysis method and it was identified that a higher number of participants were male (60%), married (50%), with two children (75%), aged between 31 and 40 years (35%) and did not finish high school (40%). It was possible to see that the participating workers were producers of corn, rice, soy and tobacco and that they liked the rural sector (85%). It was also noticed that 60% use the PPE correctly, while 40% do not use it at all or just adhere partly to it, even understanding the benefits of PPE, as (80%) identify the health benefits. Thus, we consider the need to carry out educational actions aimed at making farmers aware of the importance of using protection technologies.

Keywords: Health promotion; Quality of life; Occupational risks; Protection technologies; Rural workers.

1. INTRODUÇÃO

O trabalho rural integra um dos setores que contribui amplamente para a arrecadação de impostos, geração de empregos e renda no país (CASTANHO; TEIXEIRA, 2017). Entretanto, a agricultura brasileira denota um constante decréscimo da população rural, o que influi para que nos dias de hoje se dediquem as atividades do campo segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2017) o equivalente a 15,1 milhões de pessoas, destas aproximadamente 10,1 milhões atuam no modelo de agricultura familiar.

Constata-se, portanto, com base na pesquisa de Troian et al. (2020) realizada no estado do RS, que a agricultura tradicional detém superior adesão por parte dos trabalhadores rurais. Pois, 84,3% dos agricultores atuam no método de organização familiar, onde labutam com uso de diminutos recursos para aquisição de máquinas e equipamentos, visto que os investimentos tecnológicos de amplo espectro no setor rural aplicam-se preferencialmente aos estabelecimentos e produtores que atuam com

ênfase na agricultura moderna e objetivam a comercialização em grande escala (COTRIM; CANEVER; LEITZKE, 2016).

Apesar de toda a evolução tecnológica presente na agricultura moderna, o método de trabalho rural com superior ênfase no Brasil exige um leque de operações manuais e integra o grupo dos setores produtivos mais perigosos do mundo, onde a saúde dos trabalhadores é determinada por aspectos sociais e organizacionais referentes ao perfil de produção e consumo (ZAMBERLAN; CAVALCANTI, 2019). Desta maneira de acordo com Medeiros (2018) o processo saúde-doença dos servidores é influenciado em partes pela carga de trabalho ao qual o cidadão está suscetível, que pode variar conforme a atividade laboral e o ambiente de trabalho.

Pois, o agricultor responsabiliza-se por realizar diversos serviços desgastantes e intensos expondo-se a variados riscos ocupacionais, que são classificados em físicos, químicos, biológicos, mecânicos e ergonômicos, os quais são potencialmente capazes de causar problemas à saúde dos trabalhadores, prejudicando sua qualidade de vida (QV). Sob o aspecto de proteger os indivíduos destas ameaças ocasionadas pelas atividades rurais, é fundamental que os agricultores utilizem os EPIs para desempenharem tarefas que possam ser danosas ao seu bem estar (RISTOW et al., 2017).

O emprego dos EPIs é considerado uma tecnologia de proteção, pois são dispositivos ou produtos que tem por finalidade defender os trabalhadores dos riscos que ameacem sua saúde e segurança. No entanto estas ferramentas devem ser produzidas e utilizadas de forma correta para que haja a redução ou eliminação dos perigos, mas para isso é necessário considerar as condições laborais, ambientais e antropométricas de cada situação, a fim de desenvolver proteções que se adequem as diferentes necessidades e atividades (MEDEIROS, 2018).

No entanto segundo Corrêa (2017) mesmo sendo benéfico para a saúde dos labutadores existe uma resistência quanto ao uso dos dispositivos, na maioria dos casos em decorrência da falta de informação e de ações educativas, contribuindo desta forma para a adesão de estratégias de segurança equivocadas. Por isso no Brasil principalmente em propriedades de pequeno porte não é incomum deparar-se com agricultores desempenhando suas atividades sem utilizar os EPIs, ou utilizando-os de forma incompleta.

Porém, devido ao mau uso dos EPIs os trabalhadores elevam os riscos de acidentes de trabalho, pois sem as barreiras de proteção as possibilidades de lesões

ou doenças decorrentes das atividades potencialmente perigosas tornam-se superiores. Afirmativa, que pode ser confirmada ao observarem-se os dados referentes às notificações de acidentes laborais no RS no período de 2012 a 2018, visto que se evidencia a ocorrência de 278.277 casos de acidentes de trabalho no estado, sendo destes 25.578 provenientes de danos ocorridos com trabalhadores agropecuários (SMARTLAB, 2020).

Portanto a importância do tema pesquisado se dá também em decorrência do papel dos profissionais da área da saúde no que tange a garantia da dignidade dos trabalhadores rurais e a manutenção da QV destes cidadãos. Visto que os profissionais da Atenção Primária à Saúde (APS) são responsáveis por realizar estratégias que reduzam os fatores de risco e agravos decorrentes dos processos ocupacionais.

Por este motivo, esta pesquisa no que se refere aos profissionais fornecerá subsídio nas ações de promoção à saúde, prevenção de agravos e reabilitação da saúde dos trabalhadores, servindo como fonte de estudo e aperfeiçoamento perante a compreensão das atividades que necessitam contemplar juntamente dos produtores para colaborar com o bem estar destes cidadãos e mantê-los conscientes quanto aos cuidados com a sua saúde. A fim de evitar de acordo com Vieira et al. (2018) o adoecimento e suprir as reais fragilidades esboçadas por esta população.

Deste modo, para dar conta de abarcar os elementos centrais do estudo, o problema de pesquisa que se apresenta é: Como se dá a adesão dos agricultores ao uso de equipamentos de proteção individual?

Assim, este estudo objetivou averiguar a adesão dos agricultores de um município do interior do estado do RS para o uso dos EPIs. Já como objetivos específicos identificar o perfil sociodemográfico dos trabalhadores rurais, verificar os tipos de EPIs e a frequência da utilização destas ferramentas de proteção pelos agricultores e investigar a compreensão dos trabalhadores agrícolas sobre a importância do uso dos EPIs para a sua saúde.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa trata-se de um estudo exploratório, descritivo de abordagem qualitativa, realizado em um município no interior do RS, Brasil. Este município possui uma população de 6.347 habitantes e tem sua base econômica fortalecida pelo cultivo da soja, do milho, do tabaco e do arroz, que em associação colaboram para a

ocupação de 10.270 hectares de terra arada (SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE, 2019).

No que tange a área da saúde, a região a fim de suprir as demandas da população conta com duas Estratégias de Saúde da Família (ESFs), sendo denominadas por ESF 1 e ESF 2, ambas localizadas no centro da cidade e responsáveis por prestar assistência para 6.061 cidadãos, que compõe 2.086 famílias habitantes de quatorze micro áreas distintas, sendo elas sete pertencentes a cada unidade (SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, 2020).

Os sujeitos participantes desta pesquisa foram 20 agricultores, residentes no respectivo município, que possuíam cadastro na ESF 1 e pertenciam ao território de abrangência da micro área 1. Para definição do tamanho da amostra foi considerado os parâmetros estabelecidos por Morse (1994) e mencionados por Minayo (2017) no qual determinam uma amostragem consensual de participantes para qualquer tipo de investigação qualitativa com pelo menos 20 entrevistados, permitindo exceção para adequação deste quantitativo de estudados em caso de saturação dos dados durante a realização dos questionários.

Vale salientar que a determinação da ESF 1 como unidade integrante do estudo, se deu primeiramente em virtude de questões geográficas, que tendem a auxiliar a coleta de dados por a estratégia possuir seu território de abrangência localizado em uma região de fácil acesso. Porém, com intuito de restringir a região na qual o estudo foi desenvolvido, a pesquisadora optou por selecionar dentre as sete micro áreas de abrangência da ESF a que detém maior diversidade de culturas produzidas, proporcionando assim a possibilidade de entrevistar plantadores das quatro principais plantações cultivadas no município.

Ademais, para escolher os trabalhadores rurais que participaram do estudo, foi realizado uma seleção aleatória, em que a pesquisadora teve como base para estabelecer os 20 agricultores participantes da pesquisa, uma lista composta pelos nomes dos indivíduos integrantes das 181 famílias da micro área 1. Assim, após selecionar os agricultores, a pesquisadora contou com a participação da agente comunitária de saúde para localizar as residências dos produtores que receberam visita domiciliar no mês de setembro de 2020, visto que não conhecia a amostra estudada.

O inquérito domiciliar ocorreu por meio de entrevistas individuais gravadas com os agricultores, das quais levaram cerca de 20 minutos. Na entrevista, o participante

deveria responder a um instrumento elaborado pela pesquisadora, incluindo questões sociodemográficas, ocupacionais e referentes a adesão aos EPIs. As variáveis estudadas foram: sexo, idade, escolaridade, estado conjugal, número de filhos, cultura produzida, jornada de trabalho, tempo de trabalho, vínculo trabalhista, uso dos EPIs, tipos de EPIs usados, frequência de utilização, processo de higienização dos EPIs, frequência na aquisição dos EPIs, fonte de informação sobre o uso dos EPIs e principalmente compreensão sobre a importância e finalidade dos EPIs.

Os critérios de inclusão para participar da pesquisa foram: ter idade superior a dezoito anos; cultivar uma ou mais das quatro principais plantações produzidas no município, ou seja, precisava ser produtor de soja, fumo, milho ou arroz; apresentar talão de produtor rural; estar desenvolvendo atividades agrícolas no município no momento da pesquisa; aceitar participar voluntariamente do estudo; concordar em assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e estar de acordo em realizar a entrevista na sua propriedade.

Após a realização das 20 entrevistas os dados coletados foram transcritos para o programa Microsoft Word 2019 e cuidadosamente analisados, classificados e divididos por categorias, de acordo com os objetivos da investigação. Para a análise dos dados coletados foi utilizado o método de análise de conteúdo de Minayo (2014), elencado em três etapas: a pré-análise por meio da organização e leitura do material coletado, após a exploração dos dados, através da classificação das informações em categorias, e, por fim, o tratamento dos resultados obtidos por meio da interpretação e análise dos dados, bem como pelo embasamento bibliográfico.

Obedecendo as normas éticas de pesquisa com seres humanos, estabelecidas pela resolução 466/12, o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade de Santa Cruz do Sul (CEP-UNISC), através do Parecer Consubstanciado número 4.191.916, CAAE 35154620.9.0000.5343. Desta forma todos os participantes assinaram o TCLE. O anonimato foi preservado e os agricultores representados pelas letras TR de trabalhador rural, bem como por um número que se refere à ordem de realização da entrevista.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta seção do artigo com intuito de expor os resultados alcançados, está subdividida em três categorias, sendo elas “Perfil sociodemográfico e ocupacional dos trabalhadores rurais”, “Adesão ao uso dos EPIs” e “Compreensão da importância da

utilização dos EPIs para a saúde pelos agricultores”, assim possibilitando durante as análises caracterizar inicialmente os sujeitos e posteriormente apresentar os dados referentes a utilização das tecnologias de proteção pelos agricultores.

3.1 Perfil sociodemográfico e ocupacional dos trabalhadores rurais

Com intuito de compreender as características da população entrevistada, inicialmente será apresentado no Quadro 1 o levantamento do perfil sociodemográfico dos agricultores, a fim de identificar parâmetros como sexo, faixa etária, estado civil, número de filhos e escolaridade dos labutadores rurais.

Quadro 01 - Perfil sociodemográficos dos trabalhadores rurais

Variáveis	N = 20	%
Sexo		
Feminino	8	40
Masculino	12	60
Faixa Etária		
21 a 30	2	10
31 a 40	7	35
41 a 50	2	10
51 a 60	4	20
61 a 70	4	20
71 a 80	1	5
Estado Civil		
Solteiro	5	25
União Estável	2	10
Casado	10	50
Divorciado	1	5
Viúvo	1	5
Separado	1	5
Número de filhos		
3	2	10
2	15	75
1	-	-
0	3	15
Escolaridade		
Ensino Fundamental Incompleto	8	40
Ensino Fundamental Completo	4	20
Ensino Médio Incompleto	2	10
Ensino Médio Completo	6	30

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa, 2020.

A amostra de trabalhadores entrevistada compõe-se de 12 agricultores do sexo masculino e 8 participantes do sexo feminino, quantitativo que condiz com as afirmações estabelecidas pelo IBGE (2017), onde salienta-se a prevalência de homens entre a população que habita os estabelecimentos agrários, acompanhado do crescimento do número de mulheres responsáveis pela administração das propriedades rurais. Fica evidente, com base no Censo agropecuário de 2017, que a participação das mulheres na direção dos estabelecimentos agropecuários aumentou

entre 2006 e 2017, passando de 12,7% para 18,7% a representatividade feminina no setor rural.

No que tange a faixa etária destes labutadores, identificou-se uma variabilidade entre 21 e 80 anos, com média de idade de 47,9 anos e uma predominância de 35% para a faixa etária que engloba os trabalhadores entre 31 e 40 anos de idade, média considera elevada, e que exalta o desinteresse dos jovens pela permanência no setor agrícola. Como enfatiza Zanco (2017) com seu estudo realizada no município de Marau – RS, onde apresenta a mecanização do trabalho, a pouca quantidade de terra, o volume de crédito reduzido e até mesmo o descontentamento com o trabalho, como os principais fatores predisponentes para a migração dos jovens em direção aos centros urbanos.

Com relação ao estado civil constatou-se que 50% dos entrevistados são casados e em referência ao número de filhos em 75% das famílias participantes da pesquisa existe a presença de 2 progenitores. Dados que coincidem com a pesquisa de Marin (2018), Maia e Buainain (2015) e Mendonça et al. (2013) na qual visualiza-se a diminuição numérica da família, pois os filhos já não são percebidos como ajudantes para o cuidado da produção, mas sim, seres de muita importância na vida dos pais, que exigem amor, cuidado e investimentos educacionais, a fim de assegurar melhores oportunidades de ingresso na vida adulta.

Quanto a escolaridade dos trabalhadores rurais o nível predominante é o ensino fundamental incompleto com abrangência de 40% dos trabalhadores da população pesquisada. Grau de escolaridade este, que assim como abordam Corcino et al. (2019) em seu estudo, pode dificultar a compreensão dos agricultores com relação as orientações educacionais, predispondo intoxicações e maximizando a recusa quanto ao uso dos EPIs.

No entanto, há existência de 6 trabalhadores com ensino médio completo e a inexistência de analfabetos na amostra pesquisada, comprova a teoria defendida pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (2019), no qual afirma que mesmo com a existência de agricultores com baixa escolaridade, existe constantemente a diminuição do número de pessoas pouco instruídas trabalhando no setor agrário, o que é resultado do reflexo da modernização e do aparecimento de oportunidades de atuações mais qualificadas no setor rural.

Com o estudo, além de analisar as características pessoais dos trabalhadores vislumbrou-se compreender as exposições ocupacionais da amostra estudada, a fim

de entender o desgaste físico e emocional dos labutadores. Para isso, a pesquisadora questionou informações referentes as atividades ocupacionais dos agricultores e descreveu-as no Quadro 2.

Quadro 02 – Histórico ocupacional dos agricultores

Variáveis	N = 20	%
Culturas produzidas		
Arroz	5	25
Soja	7	35
Fumo	15	75
Milho	8	40
Vínculo Trabalhista		
Proprietário	8	40
Arrendatário	9	45
Proprietário / Arrendatário	3	15
Jornada de trabalho		
7 a 8 horas	7	35
9 a 10 horas	8	40
11 a 12 horas	2	10
13 a 14 horas	1	5
15 a 16 horas	2	10
Tempo de trabalho		
1 a 10 anos	4	20
11 a 20 anos	6	30
21 a 30 anos	3	15
31 a 40 anos	3	15
41 a 50 anos	4	20
Gosta do trabalho rural		
Sim	17	85
Não	3	15

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa, 2020.

Dos participantes da pesquisa cabe salientar que 5 entrevistados se dedicam a monocultura, enquanto que 15 trabalhadores atuam no sistema de policultura, também conhecido segundo Novais (2017) como a adesão pela criação de várias espécies agrícolas na mesma porção de terras. Nesta microárea estudada foi perceptível que a opção pela variabilidade de culturas ocorre principalmente por donos de propriedades de pequeno porte.

Pois, os agricultores aderem a este método para poder gerar superior rentabilidade em diminutas hectares de terra, aspecto este, que pode ser confirmado ao identificar que todos os produtores de tabaco complementam suas atividades dedicando-se ao cultivo do milho ou da soja. Enquanto que os donos de estabelecimentos de grande porte optam por dedicar-se a produção de uma única cultura, como pode ser visto ao analisar os produtores de arroz que labutam no sistema de monocultura. Essa perspectiva observada no município, condiz com os achados da pesquisa feita pelo autor acima citado no município de Jacobina na Bahia.

Assim, avaliando o total de participantes do estudo constata-se que 5 plantam arroz, 7 cultivam soja, 15 trabalham com fumo e 8 produzem milho. Dados que condizem com as informações disponibilizadas pelo SEBRAE (2019), onde enfatizam entre as culturas que recebem destaque no município a soja com 44% dos hectares cultivados, o fumo que apesar de apresentar inferioridade na área produzida encarrega-se por agregar o maior número de produtores, bem como o arroz e o milho, que em associação com as demais correspondem a 55% do valor adicionado as finanças da localidade.

Deste modo, para cultivar as plantações 45% dos entrevistados são arrendatários, 35% proprietário e 15% dependentes de ambas as condições, informações estas consideradas divergentes se comparadas com o estudo de Finkler (2017) realizado no município de Arroio do Tigre, onde 71% dos fumicultores eram donos das terras em que labutavam.

Segundo Petarli et al. (2019) no que permeiam as pesquisas no setor rural outro aspecto que precisa ser avaliado é o tempo de trabalho apresentado pelos agricultores, pois este critério indica o período que este indivíduo está exposto aos inúmeros malefícios existentes no setor rural, que são capazes de influenciarem negativamente na QV dos trabalhadores. Pois, conforme Bayer (2016) as operações e etapas de trabalho de um agricultor são consideradas altamente repetitivas, com utilização manual de amplo espectro e que exigem em termos de postura, critérios que predisõem um alto grau de riscos ergonômicos para desordens osteomusculares, musculoesqueléticas e de tecido conjuntivo que podem culminar em doenças ocupacionais agudas e crônicas.

Assim, no que condiz aos entrevistados observa-se um tempo médio de atuação de 26,7 anos de trabalho, quantitativo que indica o início da exposição aos riscos ocupacionais, agrotóxicos e intoxicações por parte dos cidadãos ainda enquanto crianças e adolescentes, conforme refletido na fala a seguir:

“Desde bem novo, não mudei nunca. Comecei cedo a trabalhar né? Não é igual hoje 18 anos não pode ir para a lavoura. Eu com oito anos já estava na lavoura. Comecei a trabalhar desde criança” (TR 10).

A concepção do início do trabalho desde jovem na agricultura é tida pelos trabalhadores rurais como uma forma para perpassar por gerações os saberes e prática exigidos para a atuação de um camponês, fator que com base em Custódio e Cabral (2019) predis põe a presença das crianças em ambientes sedentos de perigos

que podem prejudicar seu desenvolvimento e culminar em adoecimento. Em virtude das malélicas repercussões do campo para a vida adulta e a insistente mentalidade dos agricultores é que o trabalho infantil na ruralidade tem restrições legais, que proíbem a atuação de menores de 18 anos neste setor.

Porém, mesmo com a influência exercida pelo Decreto nº 6.481, de 12 de julho de 2008 – que regulamenta a Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho, o ideal mantido pelas famílias do campo segundo o estudo realizado por Marin (2018) em Itapuranga é o de que o trabalho assim como a escola é parte da formação do ser social, que deve ser ensinado e transmitido diariamente pelos pais.

No entanto de acordo com a pesquisa de Paganini (2014) e Marin (2018) quando esta visão expõe os jovens ao desenvolvimento de atividades árduas, pode comprometer a QV destes indivíduos, a curto e longo prazo, pois a exposição das crianças aos danos psicológicos e principalmente físicos existentes na ruralidade, predispõe a ocorrência de lesões e possíveis deformidades, que podem gerar adoecimentos enquanto criança, ou desencadear comorbidades na fase adulta. Atuar na ruralidade com base em Custódio e Cabral (2019) enquanto jovem compromete as condições de saúde em virtude de o ser encontrar-se em um processo grande e importante de desenvolvimento, o que em muitos casos pode gerar impactos permanentes de incapacidade do adolescente para a vida adulta.

Dando-se sequência na análise, percebeu-se outro aspecto que predispõe ao adoecimento dos trabalhadores rurais, as jornadas intensas de trabalho, necessárias para suprir a forçada carga de labutação ao qual os agricultores se exponham nos seus cotidianos. Durante a coleta dos dados todos os agricultores afirmaram que suas jornadas de trabalho tendem a variar, pois durante o inverno, em dias chuvosos ou instáveis as atuações duram aproximadamente 8 horas, porém em compensação no período de produção as cargas diárias alcançam 12 horas ou mais, afirmativa que pode ser constatada através das falas:

“Normalmente 10 horas, mais quando precisa mesmo tem que trabalhar 15, 16 horas” (TR 2).

“No inverno ela não atinge 8 horas, mas nos períodos de primavera para o verão de 10 a 12 horas” (TR 18).

Contudo, mesmo tendo de desenvolver seu trabalho perante rotinas intensas, ampla variabilidade climática e de tarefas, bem como demandas energéticas elevadas assim como salientam os resultados do estudo de Medeiros (2018) ao serem

questionados sobre o gosto pelo trabalho rural a amostra estudada apresentou 85% de respostas positivas para a labutação, argumentando que:

“Eu gosto muito do setor rural do ambiente do campo, não gosto do movimento da cidade. Além disso é gratificante saber que produzimos o alimento que muitas pessoas dependem para se alimentar” (TR 12).

“Gosto de lidar com as máquinas, de saber que começamos do nada e no fim tem uma produção que ajuda a abastecer os comércios. Vê a planta se criando eu acho muito legal” (TR 14).

“Na verdade, é eu sempre gostei de tá livre no interior e ter o domínio das minhas ações, então não ter que justificar para terceiros” (TR 18).

Neste sentido, por mais que os trabalhadores gostem das atividades que realizam, considerando a pesquisa desenvolvida por Ferreira et al. (2019) vale enfatizar que os indivíduos atuantes no setor agrário se encontram expostos a riscos ocupacionais diariamente para a realização de suas atividades. Afirmativa que pode ser confirmada ao observar a percepção de exposição por parte dos agricultores entrevistados, onde 80% pensam estar suscetíveis a riscos durante o desenvolvimento de suas tarefas laborais e apenas 20% consideram a indisposição aos riscos ergonômicos, físicos, químicos, mecânicos e biológicos.

Segundo Zago (2016) a presença de agravantes a saúde no setor rural, influencia os agricultores a incentivarem seus filhos na busca pela formação superior, para que possam migrarem para a cidade, em busca de oportunidades de emprego que minimizem a exposição aos riscos ocupacionais bem como a realização de atividades laborais desgastantes e danosas as condições de saúde.

Mentalidade esta, que deriva da capacidade destes agricultores de identificarem os riscos aos quais estão expostos em seus cotidianos, apontando-os quando questionados na entrevista como esforço físico elevado, acidente com animais peçonhentos, postura viciosa, exposição a substâncias químicas, lesões traumáticas causadas por ferramentas manuais e principalmente exposição à radiação ultravioleta por tempo prolongado, assim como pode ser evidenciado nas falas a seguir:

“Primeiro eu vejo o sol né que é escaldante. Depois os defensivos. E também as máquinas agrícolas” (TR 15).

“Riscos de acidente a gente tem naturalmente, porque trabalhamos com animais, com máquinas enfim tá sempre exposto a riscos de acidente como animais

peçonhentos cobras, por exemplo, pois trabalhamos direto em lavouras onde a esse risco” (TR 18).

Assim, em virtude desta vivência cotidiana em meio a ambientes que exigem cuidados preventivos de acidentes de trabalho, faz-se fundamental de acordo com a pesquisa realizada por Cisz (2015) que os labutadores venham a aderir aos EPIs, pois são as únicas ferramentas capazes de proteger os indivíduos dos riscos aos quais estão expostos durante a realização das suas tarefas laborais.

3.2 Adesão ao uso dos EPIs pelos agricultores

Este subtópico propõe discutir a adequação na utilização dos EPIs durante a realização de tarefas que podem gerar agravos a saúde dos trabalhadores. Deste modo a fim de analisar o cumprimento das medidas de segurança pelos agricultores participantes da amostra a pesquisadora enfatizara no Quadro 3 os dados obtidos durante as entrevistas, no que tange o uso dos EPIs pelos agricultores.

Quadro 03 – Adesão ao uso dos EPIs

Variáveis	N = 20	%
Usa EPI		
Sim	12	60
Não	4	20
Em partes	4	20
Tipos de EPIs usados		
Boné	12	60
Protetor auditivo	1	5
Máscara	12	60
Luva	14	70
Macacão	12	60
Bota	12	60
Nenhum equipamento	4	20
Atividades realizadas com EPIs		
Plantio	2	10
Colheita	9	45
Aplicação de agrotóxicos	13	65
Adubação	1	5
Conserto de máquinas	2	10
Soldagem	1	5
Nenhuma atividade	4	20
Frequência no uso dos EPIs		
0 vezes	4	20
1 a 2 vezes por semana	11	55
5 a 6 vezes por semana	1	5
Eventualmente durante o cultivo	4	20
Processo de higienização dos EPIs		
Não higienizam, apenas guardam	1	5
Lavam, secam e guardam separado	14	70
Descartam os EPIs	1	5
Nenhum cuidado, pois não usam	4	20
Frequência na aquisição de novos EPIs		
Semanal	1	5
Mensal	1	5
Anual	14	70
A cada 2 anos	3	15

A cada 3 anos	1	5
Fonte de informação sobre o uso dos EPIs		
Orientador agrícola	11	55
Agrônomo das cooperativas	5	25
Mídias (Tv/ Internet)	2	10
EMATER	2	10

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa, 2020.

Dos estudados constatou-se que 60% fazem uso completo dos EPIs, enquanto 40% aderem aos métodos de segurança de forma incompleta ou negligenciam o uso das tecnologias de proteção que visam assegurar a QV e promover o bem estar dos cidadãos. Achados estes, que divergem dos expostos por Finkler (2017), Santos et al. (2017) e Santana et al. (2016) no qual constataram índices inferiores a 50% no que tange a adesão ao uso dos EPIs por parte dos pesquisados. Em relação a amostra pesquisada, pode-se enunciar que 80% dos labutadores mostram-se conscientes sobre a finalidade da utilização correta dos EPIs, assim como pode ser percebido nas respostas:

“Protege dos riscos e perigos que a gente enfrenta na lida da roça. Com eles podemos garantir uma melhor saúde” (TR 1).

“Uso porque tem muitos perigos, podemos nos machucar trabalhando na agricultura. Com os EPI nós ficamos bem mais protegidos e podemos trabalhar mais tranquilo” (TR 16).

No entanto Souza (2016) salienta em seu estudo realizado em Pelotas que identificar a precisão de se proteger dos riscos ocupacionais não induz obrigatoriamente que isso seja feito, afirmativa que pode ser constatada com esta pesquisa, pois 20% dos agricultores que identificam a importância no uso dos EPIs o fazem de forma inadequada, optando pela utilização de um ou outro acessório, assim como enfatizado pelos trabalhadores quando questionado:

“Tenho um avental, bota e máscara para colocar o veneno” (TR 1).

“Uso máscara, luva e bota os outros são muito quentes, soa muito” (TR 6).

A reclamação do desconforto térmico ao usar os EPIs não é percebida como nenhuma novidade, pois estes métodos de proteção influenciam no equilíbrio térmico dificultando a perda de calor pelo corpo humano, devido ao isolamento térmico existente. Fator este que pode ser percebido como influenciador negativo para a adesão do uso dos EPIs, assim como evidenciado pela pesquisa de Corrêa (2017) realizada com fumicultores de Pelotas e também por este estudo, no qual 20% dos entrevistados afirmam não utilizar os EPIs em virtude de gerarem hipertermia,

sufocamento e falta de ar, visto que na ampla maioria o trabalho é desenvolvido no período do verão.

Isso, se deve segundo Meirelles et al. (2016) pelos fabricantes de EPIs agrícolas adaptarem os EPIs utilizados na indústria para as atividades rurais. Assim, no momento de projeção o agente isolador utilizado na confecção das tecnologias de proteção agrícola segue os parâmetros das legislações que prescrevem e certificam os EPIs vigentes no país. O que culmina, para o processo de confecção de EPIs que desconsideram os aspectos antropométricos e as condições de trabalho específicas da ruralidade.

Fator, que influi para que os agricultores desencorajados com o mal-estar causado pelos EPIs nos meses quentes do ano desenvolvam suas atividades sem as devidas proteções e fiquem suscetíveis a riscos de intoxicações por agrotóxicos e contaminações pela folha verde do tabaco, conforme relatado nas afirmações a seguir:

“Eu acho quente demais, então não consigo usar, prefiro passar mal a longo tempo do que cair no meio da roça” (TR 17).

“Eu nunca usei e se eu usar morro ali dento. Porque soa demais ali dentro e para mim não faz mal o molhado, mas esse calor do avental me faz muito mal” (TR 19).

Portanto, apesar de os EPIs serem fundamentais para a segurança dos trabalhadores assim como determinado pelas Normas Regulamentadoras de nº 6 e nº31, existe uma discordância na obrigatoriedade no que tange o uso dos materiais estipulados para segurança do trabalhador, pois segundo Canan (2016) a falta de conhecimento dos produtores sobre as legislações vigentes interfere na seleção do tipo de EPIs adequado às atividades que realizam. Aspecto que pode ser percebido ao analisar o relato de dois fumicultores entrevistados:

“Não uso, e eu acho que não é obrigatório também” (TR 17).

“Uso na verdade o que é recomendado inclusive por lei” (TR 18).

Portanto, esta falta de informação dos agricultores sobre a necessidade legal de aderir ao uso dos EPIs, predispõe incertezas do que considerar correto e influencia os trabalhadores a selecionarem as tecnologias de proteção, com base não na promoção do bem estar, mas sim no conforto proporcionado pelos equipamentos de proteção. Os resultados dessa pesquisa evidenciaram que 14 trabalhadores

costumam usar luvas e 12 fazem uso de botas, máscara, boné e macacão para a aplicação de agrotóxicos e durante a colheita do tabaco.

Com relação a periodicidade do uso destes produtos, constatou-se que 55% dos agricultores usa de 1 a 2 vezes por semana, 5% de 5 a 6 vezes por semana, 20% não utiliza e o mesmo quantitativo adere de forma eventual, pois salientam que o uso dos EPIs é feito predominantemente durante o ciclo da cultura.

Ademais, quando questionado aos trabalhadores sobre os cuidados que esboçam com os EPIs após a utilização, 70% dos agricultores enfatizaram que lavam apenas com água, deixam secar e em seguida guardam. Porém a maior problemática evidenciada neste quesito é que o indivíduo responsável por lavar as tecnologias de proteção assim como enfatizado na pesquisa de Abreu e Alonzo (2016) no município de Lavras - Minas Gerais são as esposas ou mães dos labutadores, em 81,5% das vezes. Com isso, mesmo que os familiares não se exponham aos ricos no ambiente agrário, entram em contato com os trajés contaminados por agrotóxicos e geram uma possível fonte de contaminação indireta.

Melo e Gonçalves (2014) defendem que os EPIs devem ser higienizados separadamente das roupas das famílias, imediatamente após a utilização, pois deste modo terá superior sucesso na remoção dos resíduos presentes na vestimenta. Além disso, assim como salienta Souza (2016) em seu estudo, após a lavagem devem ser deixados para secar na sombra, em ambiente devidamente ventilado e não devem ser mantidos no interior da residência junto com as roupas comuns, para evitar contaminação. Pois, quando a higienização não é efetuada de forma correta, impossibilita diluir e remover por completo a calda pulverizadora, possibilitando manter nos EPIs resquícios de substâncias químicas.

Além disso, os EPIs precisam ser armazenados em locais protegidos, visto que a validade dos equipamentos de proteção também depende da sua integridade. Pois para definir o período de uso dos EPIs deve-se considerar além das informações fornecidas pelo fabricante, as condições das tecnologias de proteção, através de checagens rotineiras efetuadas pelo proprietário que avalie a presença de furos, rasgos e a capacidade de hidrorrepelência com água (ABREU; ALONZO, 2016).

Quanto ao tempo de uso dos EPIs 70% dos entrevistados mencionaram adquirir equipamentos novos anualmente, enquanto que 20% dos trabalhadores compram os EPIs com frequência superior, mas não fazem uso. O investimento anual ocorre em especial pelos produtores de tabaco, pois assim como apresentado na

pesquisa de Corrêa (2017) as empresas fornecem por preço de custo para cada pessoa que legalmente pode realizar o trabalho na família um EPI, esse processo, repete-se em todas as safras no momento em que os trabalhadores efetuam os pedidos de suprimento necessários para o cultivo.

Contudo, com a pesquisa evidencia-se que não basta apenas os produtores serem induzidos a terem em suas propriedades os EPIs, mas precisam assim como salientado na pesquisa de Corrêa (2017) serem capacitados para que os mecanismos de proteção utilizados sejam selecionados conforme as peculiaridades esboçadas por cada atividade rural desempenhada. No entanto, quando questionado sobre a disponibilização de orientações 11 fumicultores afirmaram receber informações dos orientadores agrícolas das fumageiras, 5 arroteiros por intermédio dos agrônomos das cooperativas, 2 sojicultores pelas mídias e 2 plantadores de milho pela Associação Rio-Grandense de Empreendimento de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/RS, como pode se perceber nas afirmações a seguir:

“Não, pela mídia e pelo próprio buscar de conhecimento da gente. Não vêm ninguém ensinar” (TR 1).

“Os orientadores das fumageiras vem falar sobre o uso para o fumo quando faz os pedidos. E na soja tem os agrônomos da cooperativa que a gente planta” (TR 11).

“A EMATER da cidade também ajuda a nos orientar sobre os cuidados com a aplicação dos venenos pra o milho” (TR 12).

“Os técnicos orientadores das fumageiras. E na real eles não orientam eles impõem o uso dos EPIs” (TR 18).

O processo de conscientização dos agricultores por parte destes profissionais ocorre de forma superficial, através do uso de cartazes, folders e conversas diretas entre o orientador e o agricultor. Mas, assim como aborda Alves (2017) em seu estudo, este método de conscientização não supre por completo as demandas dos produtores e favorece a ocorrência de prejuízos para a saúde dos cidadãos que atuam na ruralidade.

Durante a entrevista notou-se curiosamente que ao serem questionados sobre quem são os trabalhadores responsáveis pelo fornecimento de orientações em saúde no que tange o uso dos EPIs nenhum produtor mencionou receber orientações dos funcionários integrantes da unidade de saúde. Critério que deve ser percebido como preocupante, pois de acordo com Souza et al. (2020), os profissionais de enfermagem tem papel fundamental no processo de transmissão do conhecimento, devendo serem

identificados como principais fornecedores de orientações aos agricultores, visto que responsabilizam-se por conscientizar os trabalhadores a aderirem as ferramentas de proteção, prevenindo deste modo possíveis agravos a saúde.

3.3 Compreensão da importância da utilização dos EPIs para a saúde pelos agricultores

Neste subtítulo, explanara-se acerca da compressão dos agricultores no que tange a importância e os benefícios da adesão ao uso das tecnologias de proteção para a promoção e manutenção do seu bem estar. Durante a realização da pesquisa, percebeu-se que 80% dos agricultores entrevistados identificam a finalidade e os benefícios dos EPIs para sua saúde, como evidenciado nas falas dos trabalhadores:

“Nos protege dos riscos da lavoura e garante uma melhor qualidade de vida. Não precisamos ir tanto no médico por causa de intoxicação e coisas desse tipo” (TR 16).

“Acho importante por causa do resíduo do fumo, tem gente que fica ruim com a nicotina. Ainda mais quando tá molhado o veneno pode fazer mal, sabe?” (TR 19).

Esta percepção de importância por parte dos agricultores surge de acordo com Meirelles et al. (2016) em virtude de os EPIs possibilitarem eliminarem ou reduzirem os riscos para a saúde e melhorarem a segurança dos trabalhadores durante a realização de suas atividades cotidianas. Na visão dos indivíduos questionados, as vantagens das tecnologias de proteção, se deve ao processo de minimização da intoxicação pela folha verde do tabaco, diminuição da exposição aos agrotóxicos, prevenção contra os danos causados pela radiação ultra violeta, proteção contra lesões por maquinários e prevenção de acidente com animais peçonhentos.

Menegat et al. (2019) apontam com base em seu estudo realizado na cidade de Três de Maio - RS que o principal benefício dos EPIs sinalizados pelos agricultores é a diminuição das intoxicações pelo uso dos agrotóxicos. Afirmativa que condiz com os achados do estudo, pois 60% dos participantes defenderam a necessidade do uso das tecnologias de proteção no momento do preparo e aplicação das substâncias químicas, com intuito de evitar os sintomas danosos causados pelos agrotóxicos que comprometem a saúde, como defendem os trabalhadores:

“Para não ter uma intoxicação, se tem contato direto com esses venenos que são bem fortes pode dar bastante problema de saúde, até mesmo na pele, causar queimaduras ou alergias” (TR 12).

“Os produtos químicos a gente sabe que eles não manifestam uma reação imediata, então pode a gente se expondo demais ir acumulando no organismo e eventualmente algum dia pode oferecer alguma reação e aí quando aparecer pode ser tarde” (TR 19).

Contudo, do total de agricultores que identificam a necessidade de aderir aos EPIs para assegurar a qualidade de vida, 20% mantem-se resistentes quanto a utilização correta destas medidas que evitam o adoecimento a curto e longo prazo. Isso, segundo os entrevistados devido as empresas possuírem uma tendência em se preocupar apenas em ofertar a proteção, desconsiderando a necessidade de que os materiais de confecção precisam ser adequados e confortáveis, para que os trabalhadores realmente usem os equipamentos. Pressupostos estes que condizem com os resultados obtidos na pesquisa de Cargnin et al. (2017) realizada em um município da região noroeste do RS, onde os trabalhadores evitam aderir aos EPIs devido o amplo desconforto térmico proporcionado durante o desenvolvimento das atividades.

Neste contexto, Costa et al. (2019) defendem que a conscientização dos trabalhadores do campo sobre os perigos aos quais se expõem para a realização de suas atividades laborais, é de competência em partes das ESFs, que em virtude do vínculo que apresentam com a comunidade conseguem identificar as vulnerabilidades e atuar fornecendo informações e orientações aos agricultores por intermédio dos profissionais da saúde que integram as equipes multiprofissionais.

Porém, na microárea estudada o processo de conscientização por parte dos profissionais da saúde atuantes na atenção básica (AB) não se aplica, existindo de acordo com os agricultores um déficit na promoção de medidas que visem prevenir os agravos ao bem estar dos trabalhadores. Evidenciou-se com as entrevistas que a disponibilização de conhecimento, ocorre apenas no âmbito da ESF, no momento em que os produtores necessitam buscar atendimento médico com intuito de solucionar problemas já instaurados, ou seja, assim como salienta Machado et al. (2017) a atuação não ocorre de forma preventiva, mas sim quando os danos momentâneos ou permanentes à saúde do trabalhador já estão evidentes, exigindo do serviço o atendimento a sintomatologia de agravos presentes no cidadão.

Ademais, nem um dos entrevistados relatou a existência de estratégias de saúde formuladas exclusivamente para suprir as demandas da comunidade rural, como estabelecido aos profissionais atuantes na atenção básica pelo Sistema Único

de Saúde. Aspecto, que denota a diminuta formulação de ações em saúde que supram as necessidades de ensinamento dos agricultores e de suas famílias.

Isso, em virtude de que para formular estratégias que objetivem o bem estar deste grupo de forma eficiente, faz-se essencial que os profissionais da saúde atuantes na AB atentem para as questões relacionadas aos diferentes tipos e formas de trabalho existentes no setor rural, ou seja, precisam conhecer as características ocupacionais dos trabalhadores cadastrados na unidade de saúde, o que torna-se difícil segundo Silva et al. (2018) pois as ESFs ainda encontram como principal problemática no campo a inserção comunitária.

Deste modo, a fim de assegurar que os trabalhadores venham a aderir as medidas educativas que visam promover saúde e prevenir o adoecimento desencadeado pela exposição aos riscos ocupacionais, faz-se fundamental segundo Costa et al. (2019) que os profissionais atuantes na AB aprendam a promoverem a articulação dos saberes e experiências, pois é necessário para despertar o interesse dos trabalhadores ao processo de conscientização que se considere a participação comunitária respeitando seus ideais e aspectos culturais.

Contudo vale enfatizar, que não se deve considerar apenas um horizonte explicativo que responsabiliza somente os profissionais da saúde pela inadequada adesão ao uso dos EPIs, visto que a negligencia no uso das tecnologias de proteção não decorrem somente de uma diminuta disponibilidade educacional, mas também das escolhas feitas pelos trabalhadores, onde os aspectos sociais influenciam para a exposição aos riscos ocupacionais (SERAPHIM, 2020).

Segundo a pesquisa realizada por Finkler (2017) e Queirós (2014) a dicotomia entre o saber e o fazer na adesão aos EPIs no setor rural, influencia negativamente no processo de autocuidado dos agricultores. Pois, assim como identificado com o estudo existem trabalhadores que mesmo percebendo os riscos aos quais se expõem optam por não seguirem as orientações fornecidas, ou seja o motivo que influencia a exposição em determinadas situações não está relacionado diretamente com a falta de conhecimento disposta aos produtores, mas sim por um componente humano do comportamento que influencia o trabalhador a preferir experienciar os agravantes existentes no setor rural.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa foi possível perceber que a agricultura integra um dos setores produtivos de maior perigo do ponto de vista do trabalho, pois expõe o trabalhador a diversos riscos ocupacionais, de diferentes classificações e que podem desencadear adoecimentos de inúmeras etiologias. Com intuito, de proteger os trabalhadores destas ameaças identificou-se que se faz fundamental aderir ao uso das tecnologias de proteção condizentes com os agravos aos quais os trabalhadores encontram-se expostos para a realização das atividades rurais.

Assim, no que tange o uso dos EPIs pelos trabalhadores constata-se que um número superior de agricultores adere de forma correta ao uso das tecnologias de proteção, em virtude de identificarem os riscos aos quais estão expostos e os benefícios para a manutenção do bem estar que os EPIs proporcionam. Em contraponto, como aspecto preocupante tem-se a percepção de que alguns entrevistados mesmo detendo conhecimentos acerca da importância para a saúde do uso dos EPIs, se recusa a utilizar ou faz de forma incorreta.

Cabe ressaltar que a insistência em não aderir as tecnologias de proteção se deve principalmente ao desconforto térmico e físico desencadeado pelos materiais de confecção dos equipamentos, que em associação com as descondições antropométricas por parte das empresas desencadeia mal estar momentâneo. Neste sentido o trabalhador opta por avaliar as dificuldades imediatas proporcionadas pelos EPIs ao invés da segurança e proteção das condições de saúde a longo prazo.

Levando em consideração este aspecto foi possível constatar com a pesquisa, que incumbe as legislações fornecer mecanismos que incentivem a adesão de medidas preventivas aos agravantes existentes no campo. Um método capaz de auxiliar a minimizar os prejuízos a saúde dos trabalhadores é o investimento em estudos sobre desenvolvimentos tecnológicos de EPIs, que possibilitem aproximar o estado da técnica dos EPIs as realidades climáticas vivenciadas no setor rural.

Outrossim, que influi no autocuidado por parte dos trabalhadores do setor rural é a inexistência de ações de promoção em saúde e prevenção de agravos por parte dos profissionais atuantes na APS que visem a manutenção da QV dos habitantes da área rural. Os resultados evidenciam que existe no setor da AB a manutenção do modelo biomédico e o distanciamento do método de atuação atribuído as ESFs.

Neste sentido, acredita-se que este estudo fornece contribuições aos profissionais atuantes na AB, por possibilitar identificar os aspectos falhos, que devem ser melhor abordados perante os agricultores no que se refere a adesão aos EPIs.

Pois, faz-se fundamental destacar que as condições de trabalho e saúde da população rural exige dos profissionais da saúde dedicação e conhecimento, visto que incumbe aos atuantes das ESFs estabelecer vínculo com as comunidades rurais, com intuito de possibilitar identificar as reais necessidades esboçadas pelos trabalhadores e formular ações de promoção em saúde que visem solucionar os problemas vivenciados pelos agricultores e respeitar os aspectos culturais e crenças defendidos por esse grupo populacional.

Por fim, fica evidente com este trabalho que para assegurar os direitos do cidadão habitante do setor rural e propor o fornecimento de orientações que objetivem a minimização dos danos à saúde pela exposição aos riscos ocupacionais, é essencial conhecer o território, o perfil sociodemográfico, as características dos agricultores e o modo de vida, bem como perceber como os impactos das atividades desenvolvidas por estes trabalhadores incide no processo saúde-doença dessa população, a fim de possibilitar planejar práticas de saúde coerentes com as necessidades dos agricultores e que superem os limites do assistencial.

5. REFERÊNCIAS

ABREU, P. H. B.; ALONZO, H. G. A. O agricultor e o uso (in)seguro de agrotóxicos no município de Lavras/MG. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v.41, ed. 8, 2016.

ALVES, D. **Ações de saúde a produtores de tabaco expostos a agrotóxicos: estudo em um município de atividade econômica predominantemente agrícola.** 2017. 59 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Graduação em Enfermagem) - Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul.

BAYER, L. J. Z. **Os agravos à saúde do trabalhador rural.** 2016. 20 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em atenção básica em saúde da família) – Universidade do estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

BRASIL, Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008. Regulamenta os artigos 3º, alínea “d”, e 4º da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 178, de 14 de dezembro de 1999, e promulgada pelo Decreto nº 3.597, de 12 de setembro de 2000, e dá outras providências. Brasília: **Diário Oficial**, Seção 1, p. 1, 2008.

CANAN, A. D. **Saúde do trabalhador: Riscos ocupacionais inerentes ao trabalhador rural no cultivo da banana na Comunidade Santa Terezinha, localizada na Vicinal Norte Sul pertencente à Cidade de Itaituba- PA.** 2016. 66f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Curso de Enfermagem, Faculdade de Itaituba, Itaituba.

CARGNIN, M. C. S.; ECHER, I. C.; SILVA, D. R. Fumicultura: uso de equipamentos de proteção individual e intoxicação por agrotóxico. **Revista online cuidado é fundamental**, v. 9, n. 2, p. 466-472, 2017.

CASTANHO, R. B.; TEIXEIRA, M. E. S. A evolução da agricultura no mundo: Da gênese até os dias atuais. **Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium**, v. 8, n. 1, p. 136-146, jan./jun. 2017.

CEPEA. **Boletim mercado de trabalho do agronegócio brasileiro**. Piracicaba: Centro de estudos avançados em economia aplicada e Fundação de estudos agrários Luiz de Queiroz, n. 4 2019. 6p.

CISZ, C. R. **Conscientização do uso de EPI's, quanto à segurança pessoal e coletiva**. 2015. 44 f. Monografia (Pós-Graduação em Engenharia de Segurança do Trabalho) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

CORCINO, C. O. et al. Avaliação do efeito do uso de agrotóxicos sobre a saúde de trabalhadores rurais da fruticultura irrigada. **Ciência Saúde Coletiva**, v. 24, n.8, p. 3117-3128, 2019.

CORRÊA, Ana Luiza Bacelo. **Utilização de equipamento de proteção individual: o entendimento do produtor**. 2017. 131 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

COSTA, L. A. et al. Estratégia Saúde da Família rural: uma análise a partir da visão dos movimentos populares do Ceara. **Saúde em debate**, v. 43, n. esp. 8, p. 36 – 49, 2019.

COTRIM, D. S.; CANEVER, M. D.; LEITZKE, V. W. A caracterização dos agricultores familiares que cultivam tabaco no território centro-sul/RS. **Redes**, v. 21, n. 3, p. 239 - 257, set./dez. 2016.

CUSTÓDIO, A. V.; CABRAL, M. E. L. Trabalho infantil na agricultura familiar: Uma violação de direitos humanos perpetuada no meio rural. **Revista Jurídica em Pauta**, v.1, n.2, 2019.

FERREIRA, D. C.; LEITE, M. R.; LIMA, M. J. N. C. Segurança e saúde dos trabalhadores rurais em regime de economia familiar. **Revista Interdisciplinar em Violência e Saúde**, v. 2, n.1, jan./dez. 2019.

FINKLER, Bruna. **O uso de equipamentos de proteção individual durante a aplicação de agrotóxicos: um estudo com agricultores no interior do RS**. 2017. 46 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Curso de Enfermagem, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. **Censo Agropecuário**, 2017. Acessado em 16/03/2020. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>.

MACHADO, L. M. et al. Atuação dos profissionais de saúde da família frente ao trabalhador rural exposto a agrotóxicos. **Ciência, cuidado e saúde**, v. 16, n. 3, p. 1-8, 2017.

MAIA, A. G.; BUAINAIN, A. M. O novo mapa da população rural. **Revista Franco Brasileira de Geografia**, n. 25, 2015.

MARIN, J. O. B. Infância rural e trabalho infantil: concepções em contextos de mudança. **Desidades**, n. 21, p. 46-58, 2018.

MEDEIROS, F. E. **Riscos ocupacionais na agricultura brasileira**. 2018. 21f. Artigo (Mestrado em Sistemas Agroindustriais) - Programa de Pós-Graduação em Sistemas Agroindustriais, Universidade Federal De Campina Grande, Pombal.

MEIRELLES, L. A.; VEIGA, M. M.; DUARTE, F. A contaminação por agrotóxicos e o uso de EPI: análise de aspectos legais e de projeto. **Laboreal**, v. 12, n. 2, p. 75 – 82, 2016.

MELO, J. B.; GONÇALVES, S. J. C. Fatores que predispõem a intoxicação por agrotóxicos no município de Paty do Alferes. **Revista Pró- UniverSUS**, v. 4, n. 2, p. 25-35, 2014.

MENDONÇA, K. F. C. et al. Formação, sucessão e migração: trajetórias de duas gerações de agricultores do alto Jequitinhonha. **Rev. bras. estud. Popul.**, v. 30, n. 2, p.445-463, 2013.

MENEGAT, B.; COSTA, A. R.; CARAMÃO, G. S. Conhecimento dos agricultores sobre risco de intoxicação pelo uso de agrotóxicos. **Ciência, cuidado e saúde**, v.18, n.2, p.1-7, 2019.

MINAYO, M. C. S. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 5, n. 7, p. 01-12, 2017.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: HUCITEC, 2014.

NOVAES, T. C. **A policultura orgânica e a relação agricultora – terra no coxo de dentro, Jacobina na Bahia**. 2017. 85f. Monografia (Curso de graduação em Geografia) – Universidade do estado da Bahia.

PAGANINI, J. Os impactos do trabalho infantil para a saúde da criança e do adolescente. **EDUNISC**, p. 1- 20, 2014.

PASSO DO SOBRADO, Secretária municipal de saúde. **Estabelecimentos de saúde**. Acessado em 02/06/2020. Disponível em: <https://www.passodosobrado.rs.gov.br/site/prefeitura.php?dpto=2>.

PETARLI, G. B. et al. Exposição ocupacional a agrotóxico, riscos e práticas de segurança na agricultura familiar, em município do estado do Espírito Santo, Brasil. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v.44, e.15, 2019.

QUEIRÓS, P. J. P.; VIDINHA, T. S. S.; FILHO, A. J. A. Autocuidado: o contributo de Órem para a disciplina e profissão de Enfermagem. **Revista de Enfermagem Referência**, n.3, p. 157 – 164, 2014.

RISTOW, L. P. et al. Análise de políticas públicas na área da saúde do trabalhador rural. **Revista Saúde e Desenvolvimento**, v.11, n.7, p. 63-81, abr./ jun. 2017.

SANTANA, C. M. et al. Exposição ocupacional de trabalhadores rurais a agrotóxicos. **Cad. saúde colet.**, v. 24, n. 3, p. 301-307, 2016. Acessado em 24/10/2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cadsc/v24n3/1414-462X-cadsc-24-3-301.pdf>.

SANTOS, A. O. et al. Utilização de Equipamentos de Proteção Individual e agrotóxicos por agricultores de município do Recôncavo Baiano. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, v.15, n.1, p. 738-754, 2017.

SERAPHIM, Y. M. A fumicultura percebida pelos pés: A propósito da recusa a um Equipamento de Proteção Individual (EPI). **Revista de Estudos e Investigações Antropológicas**, v.6, n.2, 2020.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Perfil das cidades gaúchas, Passo do Sobrado**: SEBRAE, 2019. Acessado em 02/06/2020. Disponível em: https://datasebrae.com.br/municipios/rs/Perfil_Cidades_Gauchas_Passo_do_Sobrado.pdf.

SILVA, E. M. et al. Os desafios no trabalho da enfermagem na estratégia saúde da família em área rural: Revisão integrativa. **Hygeia**, v. 14, n. 28, p. 1 – 12, 2018.

SMARTLAB. Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho: Promoção do Meio Ambiente Guiado por Dados. **Notificação de acidente de trabalho por setor econômico**, 2020. Acessado em 20/04/2020. Disponível em: <https://smartlabbr.org/sst>.

SOUZA, G. P. G. et al. Uso de agrotóxico por trabalhadores rurais no município de Paty do Alferes, Rio de Janeiro. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 7, p. 1- 18, 2020.

SOUZA, K. **Fatores laborais que predispões a intoxicação por agrotóxicos: Estudo em Pântano Grande/ RS**. 2016. 61f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em enfermagem) – Universidade de Santa Cruz do Sul.

TROIAN, A. et al. Desempenho dos municípios do Rio Grande do Sul na execução dos recursos da PNAE com a agricultura familiar. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 58, n. 3, p. 1- 18, 2020.

VIEIRA, F. B. A.; VIEIRA, R. P. O.; SÁ, E. C. Importância do enfermeiro do trabalho na promoção e prevenção de saúde frente às intoxicações por agrotóxicos em trabalhadores rurais. **Saúde, Ética & Justiça**, v. 23, n.2, p. 63 – 9, 2018.

ZAGO, N. Migração rural – urbana, juventude e ensino superior. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n. 64, p. 61-67, 2016.

ZAMBERLAN, C. O.; CAVALCANTI, K. Agricultura familiar: sua relevância para o Brasil, o estado de Mato Grosso do sul e o município de Ponta Porã. **Extensão rural**, v. 26, n. 3, p. 42-57, jul./set. 2019.

ZANCO, J. **Fatores que impulsionam o jovem a migrar do campo para a cidade: uma análise do município de Marau-RS**. 2017. 38f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS.

ANEXO A – Parecer de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O uso de equipamentos de proteção individual por agricultores: Estudo em um município no interior do Rio Grande do Sul

Pesquisador: Luciane Maria Schmidt Alves

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 35154620.9.0000.5343

Instituição Proponente: Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.191.916

Apresentação do Projeto:

A agricultura integra o grupo dos setores produtivos mais perigosos do mundo, onde a saúde dos trabalhadores é determinada por aspectos sociais, econômicos e organizacionais referentes ao perfil de produção e consumo. Sob o aspecto de proteger os indivíduos das ameaças ocasionadas pelas atividades rurais, é fundamental que os agricultores utilizem os equipamentos de proteção individual (EPIs) para desempenharem tarefas que possam ser danosas ao seu bem estar. Desta forma, o presente estudo tem por objetivo averiguar a adesão dos agricultores para o uso dos EPIs no município de Passo do Sobrado/RS. Trata-se de uma pesquisa exploratória descritiva de abordagem qualitativa com amostra provável de 20 agricultores. Como instrumento para a coleta de dados será aderida a realização de uma entrevista semiestruturada que seguirá um roteiro de vinte questões abertas e fechadas, abordando o perfil do agricultor e o uso de EPIs pelos trabalhadores para a realização das atividades laborais. Os dados coletados durante as entrevistas serão analisados através do método de análise de conteúdo.

Texto transcrito do documento de Informações básicas da pesquisa da plataforma brasil.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Averiguar a adesão dos agricultores para o uso dos EPIs no município de Passo do Sobrado/RS.

Objetivo Secundário:

Endereço: Av. Independência, nº 2293 -Bloco 13, sala 1306

Bairro: Universitario

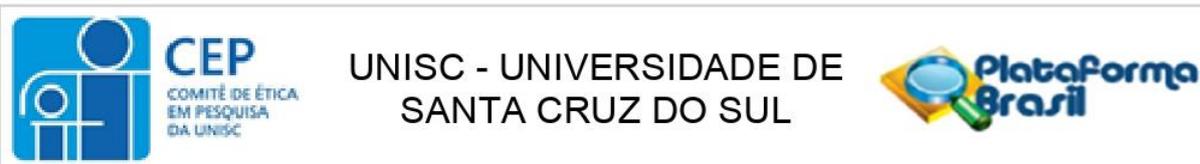
CEP: 96.815-900

UF: RS

Município: SANTA CRUZ DO SUL

Telefone: (51)3717-7680

E-mail: cep@unisc.br



Continuação do Parecer: 4.191.916

Identificar o perfil sociodemográfico dos trabalhadores rurais, verificar os tipos de EPIs e a frequência da utilização destas ferramentas de proteção pelos agricultores e investigar a compreensão dos trabalhadores agrícolas sobre a importância do uso dos EPIs para a sua saúde.

Texto transcrito do documento de Informações básicas da pesquisa da plataforma brasil.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

É possível que alguns desconfortos aconteçam como, por exemplo, sentir constrangimento ao responder as questões predeterminadas pela pesquisadora, ter dificuldade em compreender as perguntas, bem como sentir-se cansado durante a entrevista.

Benefícios:

Os benefícios estarão associados à possibilidade de identificar quais aspectos do uso dos EPIs os profissionais da saúde necessitam enfatizar perante os trabalhadores rurais, a fim de manter uma educação continuada coerente com as necessidades esboçadas pelos labutadores.

Portanto, perante os profissionais fornecerá subsídio nas ações de promoção à saúde, prevenção de agravos e reabilitação da saúde dos labutadores, servindo como fonte de estudo e aperfeiçoamento perante a compreensão das atividades que necessitam contemplar juntamente dos plantadores para colaborar com o bem estar destes cidadãos e mantê-los conscientes quanto aos cuidados com a sua saúde, a fim de evitar o

adocimento desta população.

Texto transcrito do documento de Informações básicas da pesquisa da plataforma brasil.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de projeto de pesquisa acadêmico, apresentado ao curso de Enfermagem da Universidade de Santa Cruz do Sul, pela aluna Carla Adriana de Oliveira, orientada pela pesquisadora Luciane Maria Schmidt Alves. A pesquisa pretende Averiguar a adesão dos agricultores para o uso dos EPIs no município de Passo do Sobrado/RS. A previsão de realização da pesquisa é entre os meses de março e dezembro de 2020.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Recomendações:

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto aprovado.

Endereço: Av. Independência, nº 2293 -Bloco 13, sala 1306

Bairro: Universitário

CEP: 96.815-900

UF: RS

Município: SANTA CRUZ DO SUL

Telefone: (51)3717-7680

E-mail: cep@unisc.br



CEP
COMITÊ DE ÉTICA
EM PESQUISA
DA UNISC

**UNISC - UNIVERSIDADE DE
SANTA CRUZ DO SUL**



Continuação do Parecer: 4.191.916

Considerações Finais a critério do CEP:

Ressalta-se que cabe ao pesquisador responsável encaminhar os relatórios parciais e final da pesquisa, por meio da Plataforma Brasil, via notificação do tipo "relatório", para que sejam devidamente apreciadas no CEP, conforme Norma Operacional CNS nº 001/2013, item XI.2.d.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1588024.pdf	15/07/2020 16:18:54		Aceito
Folha de Rosto	folha.pdf	15/07/2020 16:06:38	Luciane Maria Schmidt Alves	Aceito
Outros	carta.pdf	15/07/2020 16:05:30	Luciane Maria Schmidt Alves	Aceito
Outros	termo.pdf	15/07/2020 16:03:55	Luciane Maria Schmidt Alves	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto.pdf	15/07/2020 15:55:20	Luciane Maria Schmidt Alves	Aceito
Orçamento	valor.pdf	15/07/2020 15:54:16	Luciane Maria Schmidt Alves	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	15/07/2020 15:52:58	Luciane Maria Schmidt Alves	Aceito
Cronograma	cronograma.pdf	15/07/2020 15:52:24	Luciane Maria Schmidt Alves	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SANTA CRUZ DO SUL, 04 de Agosto de 2020

Assinado por:
Renato Nunes
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Independência, nº 2293 -Bloco 13, sala 1306

Bairro: Universitario

CEP: 96.815-900

UF: RS

Município: SANTA CRUZ DO SUL

Telefone: (51)3717-7680

E-mail: cep@unisc.br

ANEXO B – Normas para Publicação em Revista Científica

EXTENSÃO RURAL

CAPA SOBRE ACESSO CADASTRO PESQUISA ATUAL ANTERIORES
NOTÍCIAS

Capa > Sobre a revista > Submissões

SUBMISSÕES

- [Submissões Online](#)
- [Diretrizes para Autores](#)
- [Declaração de Direito Autoral](#)
- [Política de Privacidade](#)

SUBMISSÕES ONLINE

Já possui um login/senha de acesso à revista Extensão Rural?
[ACESSO](#)

Não tem login/senha?
[ACESSE A PÁGINA DE CADASTRO](#)

IDIOMA


TAMANHO DE FONTE

CONTEÚDO DA REVISTA

Pesquisa

Escopo da Busca
Todos

Procurar
[Por Edição](#)
[Por Autor](#)
[Por título](#)
[Outras revistas](#)

DIRETRIZES PARA AUTORES

Baixe o PDF do tutorial para submissão de artigos, salientamos que este tutorial é apenas para auxiliar os autores no processo de submissão, as normas que ali se encontram devem ser desconsideradas.

A revista Extensão Rural não cobra custos de processamento nem de submissão de artigos.

O periódico utiliza o sistema duplo-cego para avaliação (*double blind peer review* - caracterizado pelo anonimato mútuo entre autores e revisores).

CONDIÇÕES PARA SUBMISSÃO

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em "Comentários ao editor".
2. O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word.
3. O trabalho está digitado em página tamanho A4, com fonte Arial 12 pt, espaçamento 1,5, com recuos antes dos parágrafos, com margens normal com largura interna 2,5 cm, externa 2,5 cm, inferior e superior 2,5 cm, sendo que o artigo não deverá ultrapassar a vinte e cinco (25) páginas, e não deve ser inferior a quinze (15) páginas.
4. As figuras, os quadros e as tabelas estão apresentadas no corpo do texto, digitadas preferencialmente na mesma fonte do texto, e devem estar em preto e branco.

5. Os autores devem estar cientes de que são os responsáveis diretos por todo o conteúdo de seu artigo.
6. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para autores, na seção Sobre a Revista.
7. A identificação de autoria deste trabalho foi removida do arquivo e da opção Propriedades no Word, garantindo desta forma o critério de sigilo da revista, caso submetido para avaliação por pares (ex.: artigos). Os nomes de TODOS os autores, com sua respectiva identificação institucional, foram cadastrados nos metadados da submissão, usando a opção incluir autor. Em caso de citação de autores, "Autor" e ano são usados na bibliografia, ao invés de Nome do autor, título do documento, etc.

EDIÇÃO DAS SUBMISSÕES

Os trabalhos devem ser encaminhados via eletrônica no site da revista, seguindo as orientações disponíveis.

Nas abas “sobre a revista > submissões” existe um tutorial em formato PDF para auxiliar os autores nas primeiras submissões.

O arquivo precisa estar na forma de editor de texto, com extensão “.doc” ou “.docx”, com o nome dos autores excluídos do arquivo, inclusos apenas nos metadados da submissão.

CONFIGURAÇÃO DE PÁGINAS

O trabalho está digitado em página tamanho A4, com fonte Arial 12 pt, espaçamento 1,5, sem recuos antes ou depois dos parágrafos, com margens normal com largura interna 2,5 cm, externa 2,5 cm, inferior e superior 2,5 cm, sendo que o artigo não deverá ultrapassar a vinte e cinco (25) páginas, e não deve ser inferior a quinze (15) páginas.

As figuras, os quadros e as tabelas devem ser apresentados no corpo do texto, digitadas preferencialmente na mesma fonte do texto, ou com tamanho menor, se necessário. Esses elementos não poderão ultrapassar as margens e também não poderão ser apresentados em orientação “paisagem”.

As figuras devem ser editadas em preto e branco, ou em tons de cinza, quando se tratarem de gráficos ou imagens. As tabelas não devem apresentar formatação especial.

ESTRUTURAS RECOMENDADAS

Recomenda-se que os artigos científicos contenham os seguintes tópicos, nesta ordem: título em português, resumo, palavras-chave, título em inglês, *abstract* (ou *resumen*), *keywords* (ou *palabras clave*), introdução ou justificativa ou referencial teórico, métodos, resultados e discussão, conclusões ou considerações finais, referências bibliográficas. Ao final da introdução ou da justificativa o objetivo do trabalho precisa estar escrito de forma clara, mas sem destaque em negrito ou itálico.

Agradecimentos e pareceres dos comitês de ética e biossegurança (quando pertinentes) deverão estar presentes depois das conclusões e antes das referências.

Para as revisões bibliográficas se recomenda os seguintes tópicos, nesta ordem: título em português, resumo, palavras-chave, título em inglês, *abstract*, *keywords*, introdução ou justificativa, desenvolvimento ou revisão bibliográfica, considerações finais, referências bibliográficas e agradecimentos (quando pertinentes).

TÍTULOS

Os títulos nos dois idiomas do artigo devem ser digitados em caixa alta, em negrito e centralizados, com até 20 palavras cada. Se a pesquisa for financiada, deve-se apresentar nota de rodapé com a referência à instituição provedora dos recursos.

AUTORES

A Extensão Rural aceita até três autores, que devem ser incluídos nos metadados. Não use abreviaturas de prenomes ou sobrenomes.

RESUMOS, RESUMEN E ABSTRACTS

O trabalho deve conter um resumo em português, mais um abstract em inglês. Se o trabalho for em espanhol, deve conter um *resumen* inicial mais um resumo em português e, se o trabalho for em inglês, deve conter um *abstract* mais um resumo em português.

Estas estruturas devem ter no máximo 1.200 caracteres, contendo o problema de pesquisa, o objetivo do trabalho, algumas informações sobre o método (em caso de artigos científicos), os resultados mais relevantes e as conclusões mais significativas.

As traduções dos resumos devem ser feitas por pessoa habilitada, com conhecimento do idioma. Evite traduções literais ou o auxílio de *softwares*.

Devem ser seguidos por palavras-chave (*keywords* ou *palabras clave*), escritas em ordem alfabética, não contidas nos títulos, em número de até cinco.

MÉTODO

O método deve ser descrito de forma sucinta, clara e informativa. Os métodos estatísticos, quando usados, precisam ser descritos e devidamente justificada a sua escolha.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados devem embasar as discussões do artigo e estar embasados na literatura já existente, quando pertinente, devidamente citada e referenciada. Evite discussão de resultados irrelevantes e mantenha o seu foco nos objetivos do trabalho.

CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

É facultado aos autores escolherem entre conclusões ou considerações finais. Porém são proposições diferentes. As conclusões devem ser diretas, objetivas e atender aos propósitos iniciais (objetivos) do trabalho. Não devem ser a rerepresentação dos resultados. As considerações finais podem ser mais extensas que as conclusões e podem recomendar novas pesquisas naquele campo de estudo. Não precisam ser tão

finalísticas como as conclusões e são recomendadas para pesquisas que requerem interpretações em continuidade.

ORIENTAÇÕES GERAIS DE GRAFIAS

Os autores possuem padrões de grafia distintos e, lamentavelmente, alguns artigos precisam ser devolvidos aos autores por falta de adequações de grafia, conforme as orientações técnicas da língua portuguesa, inglesa e espanhola. Assim, são lembradas algumas normas e orientações nesse sentido:

- Evite o uso demasiado de abreviaturas, exceto quando se repetirem muitas vezes no texto. Nesse caso, cite na primeira vez que usá-la o seu significado;
- Evite usar números arábicos com mais de uma palavra no texto, exceto quando seguidos de unidades de medida.
- Cuide a padronização das unidades de medida. Geralmente são em letra minúscula, no singular, sem ponto e escritas com um espaço entre o número e a unidade (correto 4 g e não 4g, 4 gs ou 4 gs.), exceto para percentagem (correto 1,1% e não 1,1 %). Outros exemplos:
- Lembre-se que na língua portuguesa e espanhola as casas decimais são separadas por vírgulas e na língua inglesa por ponto. Exemplos: o a colheita foi de 5,1%; *la cosecha fué de 5,1%*; *the harvest was 5.1%*.

TÓPICOS

Os tópicos devem ser digitados em caixa alta, negrito e alinhados a esquerda. Devem ser precedidos de dois espaços verticais e seguidos de um espaço vertical. Subtítulos dentro dos tópicos devem ser evitados, exceto quando forem imprescindíveis à redação e organização dos temas.

Os tópicos dos artigos não devem ser numerados. Recomenda-se a numeração em revisões que possuam mais de quatro assuntos distintos na discussão. Nesse caso devem ser usadas numerações de segunda ordem, sem negrito, conforme exemplo:

3. REVISÃO BILIOGRÁFICA

3.1. A região de Ibitinga

Estudos realizados na região estudada mostram que...

3.2. Os hortigranjeiros e a agricultura familiar

Alguns autores mostram que os hortigranjeiros...

Descrever o título em português e inglês (caso o artigo seja em português) ou inglês e português (caso o artigo seja em inglês) ou espanhol e português (caso o artigo seja em espanhol). O título deverá ser digitado em caixa alta, com negrito e centralizado. Evitar nomes científicos e abreviaturas no título, exceto siglas que indicam os estados brasileiros.

Use até cinco palavras-chave / key words, escritas em ordem alfabética e que não constem no título.

CITAÇÕES

As citações dos autores, no texto, deverão ser feitas seguindo as normas da ABNT (NBR 6023/2000). Alguns exemplos são mostrados a seguir:

Citações indiretas (transcritas)

a) Devem ser feitas com caixa baixa se forem no corpo do texto.

Exemplo um autor: ... os resultados obtidos por Silva (2006) mostram...; Exemplo dois autores: ... os resultados obtidos por Silva e Nogueira (2006) mostram...; Exemplo mais de dois autores: ... os resultados obtidos por Silva et al. (2006) mostram...;

b) Devem ser feitas com caixa alta se forem no final do texto.

Exemplo um autor: ... independente da unidade de produção (SILVA, 2006).; Exemplo dois autores: ... independente da unidade de produção (SILVA; NOGUEIRA, 2006).; Exemplo três autores: ... independente da unidade de produção (SILVA; NOGUEIRA; SOUZA, 2006).; Exemplo mais de três autores: ... independente da unidade de produção (SILVA et al., 2006).;

Citações diretas

Conforme norma da ABNT, se ultrapassarem quatro linhas, devem ser recuadas a 4 cm da margem em fonte menor (Arial 10 pt), destacadas por um espaço vertical anterior e outro posterior à citação. Exemplo:

...porque aí a gente “tava” no dia de campo de São Bento e aí foi onde nós tivemos mais certeza do jeito certo de fazer a horta. Depois disso os agricultores aqui de Vila Joana começaram a plantar, conforme aprenderam no dia de campo.(agricultor da Família Silva).

Citações diretas com menos de quatro linhas, devem ser apresentadas no corpo do texto, entre aspas, seguido da citação. Exemplo: “...os dias de campo de São Bento ensinaram os agricultores de Vila Joana a plantar corretamente (MENDES, 2006)”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

As referências bibliográficas também devem ser efetuadas no estilo ABNT (NBR 6023/2000). A seguir são mostrados alguns exemplos. As dúvidas não contempladas nas situações abaixo podem ser sanadas acessando o link <http://w3.ufsm.br/biblioteca/> clicando sobre o botão MDT.

b.1. Citação de livro:

SARMENTO, P.B. **A citação exemplar de livro com um autor**. Santa Maria: Editora Exemplo, 1999.

OLIVEIRA, F.G.; SARMENTO, P.B. **A citação exemplar de livro com dois ou mais autores**. Santa Maria: Editora Exemplo, 1999.

b.2. Capítulo de livro:

PRESTES, H.N. A citação de um capítulo de livro. In: OLIVEIRA, F.G.; SARMENTO, P.B. **A citação exemplar de livro com dois ou mais autores**. Santa Maria: Editora Exemplo, 1999.

b.3. Artigos publicados em periódicos:

OLIVEIRA, F.G.; SARMENTO, P.B. A citação de artigos publicados em periódicos. **Extensão Rural**, v.19, n.1, p.23-34, 2012.

b.4. Trabalhos publicados em anais:

GRAÇA, M.R. et al. Citação de artigos publicados em anais com mais de três autores. In: JORNADA DE PESQUISA DA UFSM, 1., 1992, Santa Maria, RS. **Anais...** Santa Maria : Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa, 1992. p.236.

b.5. Teses ou dissertações:

PEREIRA, M.C. **Exemplo de citação de tese ou dissertação**. 2011. 132f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria.

b.6. Boletim:

ROSA, G.I. **O cultivo de hortigranjeiros**. São Paulo: Secretaria da Agricultura, 1992. 20p. (Boletim Técnico, 12).

b.7. Documentos eletrônicos:

MOURA, O.M. **Desenvolvimento rural na região da Quarta Colônia**. Acessado em 20/08/2012. Disponível em: <http://www.exemplos.net.br>.

FIGURAS

Os desenhos, gráficos, esquemas e fotografias devem ser nominados como figuras e terão o número de ordem em algarismos arábicos, com apresentação logo após a primeira citação no texto. Devem ser apresentadas com título inferior, em negrito, centralizado (até uma linha) ou justificado à esquerda (mais de uma linha), conforme o exemplo:

Figura 1 – Capa alongada da revista em tons de cinza.

As figuras devem ser feitas em editor gráfico sempre em qualidade máxima.

TABELAS E QUADROS

É imprescindível que todas as tabelas e quadros sejam digitados segundo menu do Microsoft® Word “Inserir Tabela”, em células distintas (não serão aceitas tabelas com

valores separados pelo recurso ENTER ou coladas como figura). Tabelas e quadros enviados fora de normas serão devolvidas para adequação.

Devem ser numeradas sequencialmente em algarismos arábicos, com numeração independente entre figuras, quadros e tabelas e apresentadas logo após a chamada no texto. Prefira títulos curtos e informativos, evitando a descrição das variáveis constantes no corpo da tabela ou quadro.

Quadros não-originais devem conter, após o título, a fonte de onde foram extraídas, que deve ser referenciada.

As unidades, a fonte (Arial 9 pt) e o corpo das letras em todas as figuras devem ser padronizados.

Quadros e tabelas não devem exceder uma lauda. Não deverão ter texto em fonte destacada com negrito ou sublinhado, exceto a primeira linha e o título. Este deverá ser em negrito, com formatação idêntica ao título das figuras, porém com localização acima da tabela ou quadro, centralizado (até uma linha) ou justificado à esquerda (mais de uma linha).

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Use o tutorial e a lista de verificação (checklist) para auxiliá-lo. A máxima adequação às normas agiliza o trâmite de publicação dos trabalhos, facilita aos pareceristas e melhora o conceito do periódico. Dessa forma, os autores saem beneficiados com a melhora de qualificação dos seus trabalhos.

É obrigatório o cadastro de todos autores nos metadados de submissão. Não serão aceitos pedidos posteriores de inclusão de autores, visto a necessidade de analisar os autores do trabalho para eleição de pareceristas não impedidos.

Excepcionalmente, mediante consulta prévia para a Comissão Editorial outro expediente de submissão de artigo poderá ser utilizado.

Lembre-se que os conceitos e afirmações contidos nos artigos serão de inteira responsabilidade de todos os autores do trabalho.

Os artigos serão publicados em ordem de aprovação e os artigos não aprovados serão arquivados havendo, no entanto, o encaminhamento de uma justificativa pelo indeferimento.

Em caso de dúvida, consultar artigos de fascículos já publicados ou se dirija à Comissão Editorial, pelo endereço atendimento.extensao.rural@gmail.com.

Os trabalhos publicados passam a ser propriedade da revista Extensão Rural, sendo permitida a reprodução parcial ou total dos trabalhos, desde que a fonte seja citada.

DECLARAÇÃO DE DIREITO AUTORAL

Todo o conteúdo do periódico, exceto onde está identificado, está licenciado sob uma Licença Creative Commons do tipo atribuição BY-NC-SA 4.0 Internacional.

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

ANEXO C- Projeto de Pesquisa

CURSO DE ENFERMAGEM

Carla Adriana de Oliveira

**O USO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL POR
AGRICULTORES: ESTUDO EM UM MUNICÍPIO NO INTERIOR DO RIO GRANDE
DO SUL**

Santa Cruz do Sul

2020

Carla Adriana de Oliveira

**O USO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL POR
AGRICULTORES: ESTUDO EM UM MUNICÍPIO NO INTERIOR DO RIO GRANDE
DO SUL**

Projeto de pesquisa apresentado à disciplina de trabalho de curso I do Curso de Enfermagem da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC.

Orientadora: Prof^a. Enf^a. Dr^a. Luciane Maria Schmidt
Alves

Santa Cruz do Sul
2020

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Principais riscos relacionados ao trabalho rural	12
Quadro 02 - Região corporal protegida como critério para seleção dos EPIs..	18
Quadro 03 - EPIs recomendados para a realização de cada atividade rural ...	23

LISTA DE SIGLAS

AB	Atenção Básica
ACS	Agente Comunitário de Saúde
CA	Certificado de Aprovação
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CEPEA	Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada
CEREST	Centro de Referência em Saúde do Trabalhador
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
EPI	Equipamento de Proteção Individual
ESF	Estratégia de Saúde da Família
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MMII	Membros Inferiores
MMSS	Membros superiores
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NAAB	Núcleo de Apoio a Atenção Básica
NASF	Núcleo de Apoio a Saúde da Família
NR	Norma Regulamentadora
PIB	Produto Interno Bruto
PNAB	Política Nacional de Atenção Básica
PNPS	Política Nacional de Promoção da Saúde
PNSTT	Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora
PVC	Policloreto de vinila
QV	Qualidade de vida
RENAST	Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador
RS	Rio Grande do Sul
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SUS	Sistema Único de Saúde
UMREST	Unidade Municipal de Referência em Saúde do Trabalhador
UNISC	Universidade de Santa Cruz do Sul
VISAT	Vigilância em Saúde do Trabalhador

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	8
2.1	Contextualizando a agricultura no Brasil	8
2.1.1	Trabalhador rural: as mãos que alimentam a nação	9
2.2	Riscos ocupacionais atenuados pelos perigos do setor agrícola	11
2.3	EPI como mecanismo para prevenção de agravos a saúde	14
2.3.1	Tipos de EPIs utilizados pelos agricultores	18
2.4	Principais culturas produzidas pelos agricultores do RS.....	21
2.5	A atenção à saúde do agricultor na ótica do SUS e o papel do enfermeiro	23
3	METODOLOGIA.....	28
3.1	Tipo de estudo	28
3.2	Local da pesquisa.....	29
3.3	Sujeitos do estudo.....	31
3.4	Instrumento para coleta de dados.....	31
3.5	Procedimentos	33
3.6	Análise dos dados	34
4	CRONOGRAMA.....	36
5	ORÇAMENTO	37
	REFERÊNCIAS	38
	APÊNDICES	
	APÊNDICE A- Instrumento para coleta de dados	45
	APÊNDICE B - Ofício de solicitação de autorização à instituição	46
	APÊNDICE C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	47
	ANEXO	
	ANEXO A – Termo de aceite institucional	50

1 INTRODUÇÃO

A agricultura é uma área que se mantém em constante evolução e alteração de seus paradigmas devido à implementação de novas tecnologias, inovações estas que propiciam uma crescente elevação da produtividade agrícola mesmo em um período de diminuição do número de habitantes e de trabalhadores no meio rural (RISTOW *et al.*, 2017).

Segundo Corrêa (2017) essas transformações no mundo do trabalho vêm ocorrendo nos últimos quarenta anos e colaboram permanentemente para incrementar a mecanização na agricultura, que é responsável por emergir novas formas de organização das atividades e por tornar o Brasil um grande produtor agrícola.

Mesmo com o decréscimo da população rural no país, nos dias atuais os trabalhadores que se dedicam as atividades do campo segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2017) equivalem a 15,1 milhões de pessoas, destas aproximadamente 10,1 milhões dedicam-se a agricultura familiar, o que se refere a 67% dos labutadores.

Apesar de toda sua evolução tecnológica, a agricultura integra o grupo dos setores produtivos mais perigosos do mundo, onde a saúde dos trabalhadores é determinada por aspectos sociais, econômicos e organizacionais referentes ao perfil de produção e consumo. Desta maneira o processo saúde-doença dos servidores é influenciado em partes pela carga de trabalho ao qual o cidadão está exposto, que pode variar conforme a atividade laboral e o ambiente de trabalho (MEDEIROS, 2018).

No trabalho rural o agricultor responsabiliza-se por realizar diversos serviços árduos expondo-se a variados riscos ocupacionais, que são classificados em físicos, químicos, biológicos, mecânicos e ergonômicos, os quais são potencialmente capazes de causar problemas à saúde dos trabalhadores, prejudicando sua qualidade de vida (QV). Sob o aspecto de proteger os indivíduos destas ameaças ocasionadas pelas atividades rurais, é fundamental que os agricultores utilizem os equipamentos de proteção individual (EPIs) para desempenharem tarefas que possam ser danosas ao seu bem estar (RISTOW *et al.*, 2017).

O emprego dos EPIs é considerado uma tecnologia de proteção, pois são dispositivos ou produtos que tem por finalidade defender os trabalhadores dos riscos que ameacem sua saúde e segurança. No entanto estas ferramentas devem ser

produzidas e utilizadas de forma correta para que haja a redução ou eliminação dos perigos, mas para isso é necessário considerar as condições laborais, ambientais e antropométricas de cada situação, a fim de desenvolver proteções que se adequem as diferentes necessidades e atividades (MEDEIROS, 2018).

No entanto segundo Corrêa (2017) mesmo sendo benéfico para a saúde dos labutadores existe uma resistência quanto ao uso dos dispositivos, na maioria dos casos em decorrência da falta de informação e de ações educativas, contribuindo desta forma para a adesão de estratégias de segurança equivocadas. Por isso no Brasil principalmente em propriedades de pequeno porte não é incomum deparar-se com agricultores desempenhando suas atividades sem utilizar os EPIs, ou utilizando-os de forma incompleta.

Porém, devido ao mau uso dos EPIs os trabalhadores elevam os riscos de acidentes de trabalho, pois sem as barreiras de proteção as possibilidades de lesões ou doenças decorrentes das atividades potencialmente perigosas tornam-se superiores. Afirmativa, que pode ser confirmada ao observarem-se os dados referentes às notificações de acidentes laborais no Rio Grande do Sul (RS) no período de 2012 a 2018, visto que se evidencia a ocorrência de 278.277 casos de acidentes de trabalho no estado, sendo destes 25.578 provenientes de danos ocorridos com trabalhadores agropecuários (SMARTLAB, 2020).

O interesse pela temática que aborda o uso de equipamentos de proteção individual por agricultores surgiu durante a disciplina de Enfermagem em Saúde do Trabalhador, do curso de graduação em Enfermagem da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Outro motivo que levou a pesquisadora a optar pelo assunto é que a pesquisa será desenvolvida no município de habitação da pesquisadora, região onde teve a oportunidade de acompanhar o cotidiano de trabalhadores agrícolas e percebeu as inadequações quanto à utilização das ferramentas de defesa, ocasionadas pela carência de informações sobre o tema.

Em virtude das poucas orientações disponibilizadas aos trabalhadores rurais em relação ao cuidado com sua saúde no que se refere ao uso das tecnologias de proteção é que se identificam as vantagens das pesquisas que abordem esse grupo de indivíduos, visto que existe um número restrito de estudos que abranjam as ações e atividades a serem realizadas com os produtores rurais (MEDEIROS, 2018).

Portanto a importância do tema pesquisado se dá em decorrência da contribuição para os profissionais que atuam atendendo aos agricultores e também

para os próprios trabalhadores. No que se refere aos profissionais fornecerá subsídio nas ações de promoção à saúde, prevenção de agravos e reabilitação da saúde dos labutadores, servindo como fonte de estudo e aperfeiçoamento perante a compreensão das atividades que necessitam contemplar juntamente dos plantadores para colaborar com o bem estar destes cidadãos e mantê-los conscientes quanto aos cuidados com a sua saúde, a fim de evitar o adoecimento desta população.

Desta forma o estudo tem ampla relevância para a área da enfermagem, em virtude desta classe profissional ter papel fundamental na garantia da dignidade dos trabalhadores rurais e na manutenção da QV destes cidadãos.

Por este motivo, perante os agricultores o enfermeiro é responsável por realizar estratégias que reduzam os fatores de risco e agravos decorrentes dos processos ocupacionais, assim a elaboração deste trabalho auxilia os profissionais a aprimorarem suas atividades de promoção e prevenção de danos à saúde, e também qualificarem suas ações educativas e capacitações técnicas para suprirem as reais fragilidades esboçadas pelos labutadores.

Além disso, a pesquisa contribuirá para agregar conhecimento aos trabalhadores rurais, pois durante a coleta de dados ocorrerá um processo de reflexão por parte dos produtores sobre a forma como aderem ao uso dos EPIs para a realização de suas tarefas. Com as informações disponibilizadas por cada cidadão será possível à pesquisadora dar ênfase a aspectos da temática que estejam carentes de orientações, a fim de conscientizar os agricultores sobre os benefícios da utilização adequada dos dispositivos de segurança para a promoção e manutenção da sua QV.

Assim, este estudo tem como objetivo geral averiguar a adesão dos agricultores para o uso dos EPIs no município de Passo do Sobrado/RS. Já como objetivos específicos identificar o perfil sociodemográfico dos trabalhadores rurais, verificar os tipos de EPIs e a frequência da utilização destas ferramentas de proteção pelos agricultores e investigar a compreensão dos trabalhadores agrícolas sobre a importância do uso dos EPIs para a sua saúde.

Portanto, para dar conta de abarcar os elementos centrais do estudo, o problema de pesquisa que se apresenta é: Como se dá a adesão dos agricultores ao uso de equipamentos de proteção individual?

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Contextualizando a agricultura no Brasil

A agricultura é percebida como uma “atividade que utiliza um conjunto de técnicas para cultivar o solo e as plantas, a fim de gerar produtos agrícolas” (LIMA; SILVA; IWATA, 2019, p. 52). A organização da produção rural pode seguir os métodos da agricultura moderna ou tradicional que inclui a produção de subsistência e familiar. Enquanto a primeira explora a adesão de técnicas para maximização dos lucros que permitam a exportação da produção em larga escala para outros estados e países, a produção de subsistência objetiva principalmente atender as necessidades de sobrevivência do agricultor, detendo assim características peculiares a agricultura familiar que direciona suas atividades para a produção de subsistência, fazendo com que todos os integrantes da propriedade dediquem seu tempo para as tarefas do empreendimento (GELINSKI e FILIPPI, 2016).

Portanto no Brasil mesmo com as variáveis organizacionais no que tange a produção rural nas diferentes regiões do país, é inegável a superioridade na adesão à agricultura tradicional que atingi índices equivalentes a 80% das atividades desempenhadas no campo, cenário que coloca o país como o 8ª maior produtor de alimentos no mundo neste seguimento. Desta forma este método organizacional de atuação torna a agricultura um setor estratégico para o país em virtude de ser responsável por fornecer os alimentos consumidos pela população brasileira que habita as áreas rurais e urbanas (LIMA; SILVA; IWATA, 2019).

No entanto segundo Castanho e Teixeira (2017), mesmo com a prevalência da agricultura tradicional observam-se nos últimos anos significativas mudanças em seus paradigmas, em virtude da inserção de novas tecnologias na área rural, que se propagam de forma veloz e asseguram a maior praticidade e produtividade dos cultivos. Com isso evidencia-se uma dualidade no setor agrário, no qual existe uma agricultura altamente mecanizada e tecnologicamente avançada, e a outra tradicional que convive com mínimos recursos para investir em máquinas e equipamentos.

De acordo com Lima, Silva, Iwata (2019) as desigualdades tecnológicas identificadas entre os múltiplos tipos de agricultura ocorrem em virtude da forma diferenciada a qual as revoluções que modificaram a história da produção rural se processaram pelo mundo. Pois segundo Castanho e Teixeira (2017) as transformações ocorridas no trabalho rural tiveram início com a Revolução Verde, que

proporcionou uma agricultura capitalizada e de maior produtividade, servindo posteriormente como base para as revoluções agrícolas na era contemporânea.

As revoluções na agricultura no século XX subdividiram-se em duas, a primeira foi responsável por nortear o surgimento de novos equipamentos e por fortalecer o capitalismo através da introdução das indústrias, enquanto a segunda assegurou o processo de formação e consolidação da industrialização agrícola com a produção de insumos em massa e aumento da capacidade de armazenamento e conservação dos produtos, possibilitando assim a ampliação do mercado nacional e internacional para o consumo dos cultivos rurais (LIMA; SILVA; IWATA, 2019).

Desse modo, os sistemas agrícolas variados sedem espaço para a agricultura especializada onde predominam as vantagens físicas e econômicas, que forçam o agricultor a aderir ao uso de insumos, máquinas, equipamentos e comercialização industrial. Em virtude desta nova conjuntura que se estabeleceu as formas tradicionais da agricultura precisaram resistir dentro de um sistema capitalista, que apresenta ampla discrepância no que tange a defesa das políticas pública para a agricultura familiar e de grande porte (GELINSKI e FILIPPI, 2016).

Pois, embasado em Castanho e Teixeira (2017) foi apenas nos últimos anos que políticas públicas voltadas aos pequenos produtores começaram a serem criadas, estabelecendo assim programas de financiamento que predispuham a atenção dos setores públicos para as propriedades de pequeno porte, a fim de promover o sucesso da agricultura tradicional. Somente após a criação destas políticas que se possibilitou a evolução dos variados tipos de agricultura, pois desta forma foi possível adaptar e aplicar o processo de modernização de acordo as necessidades esboçadas por cada trabalhador rural, assim promovendo e qualificando a produção agrícola brasileira independentemente do modelo organizacional adotado ou da capacidade produtiva das propriedades (GELINSKI e FILIPPI, 2016).

2.1.1 Trabalhador rural: as mãos que alimentam a nação

A agricultura integra um dos setores que contribui amplamente para a arrecadação de impostos, crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e geração de empregos e renda no país. Porém para que a agricultura detenha poder de expansão e influência na dinâmica econômica, o trabalhador rural é percebido como protagonista do cenário agrícola brasileiro, sendo tido como o pilar para o

desenvolvimento do país no que tange a evolução da produção rural (GAUDIOSO *et al.*, 2018).

Em virtude de sua influência no setor econômico do país segundo Miranda, Duraes, Vasconsello (2020) o trabalho rural faz parte de nossa realidade e mantém-se em constante atualização, o que o possibilita adquirir destaque nos aspectos políticos, econômicos e sociais em âmbito mundial, visto que a produção agrícola brasileira se fortaleceu de forma a garantir que o país inclua-se entre os maiores produtores e fornecedores de alimentos em um futuro próximo (CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA, 2019).

Tem-se nos dias de hoje uma agricultura qualificada e tecnológica, onde os produtores rurais compõem o setor produtivo mais modernizado no planeta, que vem modificando a economia do país através de uma relação de compromisso do agricultor perante a formulação de alimentos que nutrem a população urbana, a fim de assegurar a QV dos indivíduos das cidades e a aquisição de produtos com preços acessíveis (CNA, 2019).

Assim, pelo Brasil possuir sua base econômica fundamentada na agricultura se estipulou uma compreensão para o termo empregador rural, que segundo o Art. 3º da Lei 5.889/73, de 8 de junho de 1973, é toda “pessoa física ou jurídica, proprietária ou não, que explore atividade agro econômica, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou através de prepostos e com auxílio de empregados” (BRASIL, 1973).

Deste modo, o indivíduo que lida com atividades de natureza agrícola, retirando desta técnica seu sustento deve ser percebido como trabalhador rural. De acordo com o IBGE (2017) estes cidadãos integram um grupo de labutadores que em união possibilitam a existência de 5.073.324 estabelecimentos agropecuários no Brasil, ocupando uma área de 351,289 milhões de hectares, ou seja, em torno de 41% da área de abrangência do país, dados estes que em comparação ao IBGE de 2006 asseguram um aumento de 5% na área ocupada, apesar da redução de 102.312 unidades rurais. No entanto, deste total de estabelecimentos do país, 365 mil são pertencentes ao estado do RS, ocupando uma área de 21,7 milhões de hectares que são cultivados por 992 mil gaúchos.

Conforme o IBGE (2017) no que se refere às características da população que habita os estabelecimentos agrários do país 81% dos trabalhadores é do sexo masculino, enquanto 18,7% dos atuantes são do sexo feminino. No entanto, segundo o Centro de Estudos avançados em economia aplicada - CEPEA (2019) mesmo com

a ampla diferença entre a quantidade de homens e mulheres na produção rural, pode-se identificar a existência do aumento do número de mulheres em 2,02% o equivalente a 114.000 trabalhadoras nos diversos setores do agronegócio, se comparado os anos de 2018 e 2019.

Porém, apesar do alto número de estabelecimentos agrícolas que propiciam o desempenho de atividades rurais por 15,1 milhões de cidadãos, apenas 20,3% das propriedades são administradas de forma conjunta por homens e mulheres, que dividem as tarefas e responsabilidades das áreas de produção (IBGE, 2017).

Baseado em Gaudioso *et al.* (2018) os estabelecimentos rurais tem aderido às novas tecnologias criadas especificamente para a implementação nos ambientes rurais, com intuito de adequar a organização do processo de trabalho e conseqüentemente a produtividade, tornando assim essencial a compreensão do perfil educacional dos trabalhadores agrícolas brasileiros, pois este aspecto influi amplamente na adesão as modernizações e na capacidade de produção alimentícia das propriedades. No Brasil de acordo com o IBGE (2017) 77% dos agricultores sabem ler e escrever, enquanto 23% não detém este conhecimento, quantitativo que baseado em CEPEA (2019) espelha a diminuição do número de pessoas pouco instruídas trabalhando no setor agrário, o que é resultado do reflexo da modernização e do aparecimento de oportunidades de atuações mais qualificadas no setor rural.

Assim, tal e qual o IBGE (2017) apesar da diminuição do número de trabalhadores rurais no Brasil, mantém-se o constante aumento na área de plantio, tendência que baseado em Gaudioso *et al.* (2018) ocorre em decorrência da inserção das novas tecnologias, que asseguram a superioridade na produção e fazem emergir a necessidade de aumentar a área de plantio. Mas, em contrapartida influenciam negativamente na QV dos trabalhadores, pois está associado ao surgimento de novas injúrias à saúde e à segurança daqueles que fazem uso de tais modernizações.

2.2 Riscos ocupacionais atenuados pelos perigos do setor agrícola

O trabalho agrícola é marcado pela multiplicidade de climas, culturas e tarefas, o que lhe confere o título de um dos setores de maior grau de insalubridade e perigo profissional. Desta forma, o agricultor está exposto a uma série de riscos ocupacionais, que se intensificam de acordo com as condições de trabalho e podem influenciar nos aspectos de saúde e segurança dos labutadores (MEDEIROS, 2018).

Segundo Vieira *et al.* (2018) o aumento dos riscos ocupacionais no setor agrícola apresenta relação direta com a implementação de ferramentas e tecnologias industriais, que ao mesmo tempo em que possibilitam a evolução do processo produtivo, trazem consigo os agravos ocasionados à saúde do trabalhador rural, tendo em vista a pouca qualificação fornecida aos labutadores para utilizarem estes instrumentos na sua rotina de atividades diárias, colaborando desta maneira para a ocorrência dos acidentes de trabalho no ambiente rural.

Desta forma, consideram-se riscos ocupacionais “toda e qualquer possibilidade de algum elemento ou circunstância existente num dado processo ou ambiente de trabalho que possa causar danos à saúde do indivíduo” (SILVA; LIMA; MARZIALE, 2012, p. 810). Com isso segundo Silva e Fonseca (2020) para que seja possível identificar o fator causador do acidente de trabalho, os riscos integram uma classificação baseada em sua natureza, que se subdivide em cinco categorias: ergonômico, físico, químico, mecânico e biológico.

Assim, segue abaixo o quadro 1, demonstrando os principais riscos relacionados ao trabalho rural em cada categoria.

Quadro 01- Principais riscos relacionados ao trabalho rural

Ergonômico	Postura inadequada e viciosa devido à falta de adequação do trabalho.
Físico	Exposição à ventilação e umidade; vibração dos maquinários; variação da temperatura ocasiona pelos climas diversificados; exposição solar por longos períodos; radiações ionizantes e não ionizantes e ruídos.
Químico	Manipulação de substâncias químicas que podem penetrar no organismo, como poeira, gases, vapores e agrotóxicos.
Mecânico	Cortes; amputações; lesões traumáticas desencadeadas por ferramentas manuais e maquinários; quedas; acidentes de trajeto e danos causados por animais peçonhentos.
Biológico	Exposição a agentes biológicos que podem estar presentes na terra, nos adubos e na água, propiciando a existência de doenças infecciosas.

Fonte: Elaborado e adaptado com base em Medeiros (2018); Bayer (2016).

No que se refere aos riscos ergonômicos Bayer (2016) afirma que as atividades agrícolas exigem cargas de trabalho que podem afetar o organismo do trabalhador rural. Em geral, os danos à saúde dos trabalhadores neste contexto decorrem da realização de tarefas com equipamentos que desconsideram os aspectos antropométricos por longas jornadas de trabalho, bem como pela realização de variadas tarefas que exigem esforço físico intenso com movimentos repetitivos e desordenados (MEDEIROS, 2018).

Além dos danos desencadeados pelos riscos ergonômicos, os agricultores encontram-se expostos aos riscos físicos, que Bayer (2016) aponta como principal causador de problemas de saúde neste grupo populacional, visto que são muitos os fatores que se enquadram nesta natureza e predispõem graves ocorrências ao bem estar dos trabalhadores. Portanto, no que se refere a este tipo de risco baseado em Gaudioso *et al.* (2018) pode-se apontar a exposição do trabalhador rural a radiação ultravioleta de forma contínua e por longos períodos como um dos principais geradores de danos desta categoria, visto que o trabalho ao ar livre colabora para a propensão de neoplasias de pele, problema que apresenta ampla incidência entre os agricultores.

Quanto aos riscos químicos Medeiros (2018) salienta que a exposição aos agrotóxicos por parte dos trabalhadores rurais é intensa e deve ser considerada como o fator desta categoria que mais predispõe agravos a saúde, pois a utilização destas substâncias tem aumentado consideravelmente nas áreas de plantação em decorrência da evolução tecnológica que visa aumentar a produtividade das áreas cultivadas. Assim, os produtos ao serem usados sem a devida proteção propiciam o processo de intoxicação do produtor, por penetrarem no organismo através da pele, vias respiratórias e digestivas, causando inúmeros efeitos negativos para a saúde do trabalhador.

Sobre os fatores de natureza mecânica, inúmeras podem ser as causas responsáveis por gerar danos à saúde dos cidadãos, pois de acordo com Bayer (2016) estes acidentes decorrem das condições físicas e tecnológicas impróprias, que são capazes de colocar em perigo a integridade física do trabalhador. Deste modo, segundo Medeiros (2018) os acidentes com animais peçonhentos devem ser percebidos nesta categoria como um dos agravantes de grande intensidade a saúde, pois apresentam uma ampla dificuldade de serem controlados, já que as atividades desempenhadas nas áreas rurais são efetivadas em ambientes e condições propícias

para a existência de animais, que por vezes são difíceis de ser percebidos e prevenidos, o que possibilita atingirem os agricultores, gerando agravos às condições de saúde dos mesmos.

Portanto, pode-se perceber que o agricultor brasileiro depara-se constantemente com dificuldades decorrentes do processo de trabalho, onde cada agricultor reage aos problemas, de acordo com suas crenças, experiências e informações adquiridas com as vivências de sua trajetória, o que propicia uma vasta gama de respostas do trabalhador perante os aspectos negativos ao qual se mantém exposto (SILVA, 2017).

Assim, com ênfase em Ferreira, Leite, Lima (2019) identifica-se que o trabalho na área rural exige cuidados que possibilitem proteger os labutadores nas atuações diárias, pelo fato de existir diversos riscos nocivos à saúde. Em decorrência destas circunstâncias vivenciadas cotidianamente o agricultor deve manter-se informado sobre a utilização dos EPIs, pois são as únicas ferramentas capazes de proteger os indivíduos dos riscos aos quais estão expostos durante a realização das suas tarefas laborais.

2.3 EPI como mecanismo para prevenção de agravos à saúde

O trabalho desenvolvido pelo agricultor o mantém em exposição direta aos riscos provenientes das atividades rurais, que são gerados pelas condições do ambiente e do processo de trabalho, e tornam-se responsáveis por promoverem consequências negativas na QV dos cidadãos. Nesta ótica é fundamental que o trabalhador use os EPIs, pois deste modo tem a possibilidade de proteger-se de riscos que ameacem sua saúde. (FERREIRA; LEITE; LIMA, 2019).

Em virtude da importância dos EPIs para a proteção da saúde dos trabalhadores em diferentes seguimentos produtivos, o Ministério da Saúde formulou a Norma Regulamentadora (NR) 6 que aborda sobre os equipamentos de proteção individual, conhecidos pela abreviação de EPIs e define-os como “todo dispositivo ou produto de uso individual utilizado pelo trabalhador com o intuito de proteção aos riscos sujeitos de ameaça a segurança e a saúde no trabalho” (NR 6, 2010).

Assim, os EPIs segundo Cisz (2015) devem ser utilizados para proteger a integridade física e zelar pelo bem estar do agricultor, minimizando a exposição do cidadão aos riscos ocupacionais de natureza física, química, biológica, ergonômica e mecânica, bem como as ameaças à segurança. Porém, para que os EPIs sejam

eficientes e previnam danos à saúde, o trabalhador precisa selecionar o mecanismo de proteção que condiz com a atividade que será realizada, pois somente desta forma evitará expor-se aos perigos exacerbados pelo ambiente agrícola.

Para obter eficiência no que tange o uso dos EPIs, os labutadores devem ser treinados e capacitados quanto ao uso e manutenção correta destas tecnologias de proteção, ou seja, faz-se prudente fornecer orientações que possibilitem evitar a exposição aos agentes nocivos, visto que parte da população agrícola apresenta pouca escolaridade, o que favorece a diminuição do conhecimento e exige a disposição superior de informações que qualifiquem estes indivíduos para manipularem estas ferramentas de forma adequada (ALENCAR, 2016).

Pois, de acordo com Corcino *et al.* (2019) a educação é percebida como um indicador de condição social e está diretamente relacionada a melhores condições de saúde dos agricultores, visto que a baixa escolaridade dos trabalhadores é identificada como um agravante para os acidentes e doenças do trabalho, em virtude de predispor aos labutadores dificuldades de compreensão no que tange a forma ideal de se prevenir dos riscos exacerbados pelo setor agrícola. No RS, os dados estabelecidos pelo IBGE (2017) apontam que 12.994 estabelecimentos agropecuários são dirigidos por trabalhadores rurais que não sabem ler ou escrever.

Assim, segundo Ferreira, Leite, Lima (2019) tem-se a necessidade de aumentar as iniciativas e investimentos por parte dos órgãos públicos na educação e na promoção de informações aos trabalhadores a fim de conscientizá-los dos benefícios que os EPIs desencadeiam a saúde. Pois, mesmo sabendo que os EPIs asseguram o bem estar, a adesão às ferramentas ocorre de forma restrita entre os labutadores, visto que os problemas e desconfortos ocasionados pela tecnologia predis põem dificuldades operacionais em diversas situações de trabalho.

Segundo Cisz (2015) as características determinadas aos EPIs que foram idealizadas para garantirem segurança podem estar dificultando a realização das atividades desenvolvidas pelos trabalhadores em seus cotidianos, pois ao produzirem as ferramentas o objetivo principal é promover proteção aos cidadãos, mesmo que seja necessário aderir a materiais que interfiram no desenvolvimento das tarefas rurais. Outro aspecto que incentiva os trabalhadores a não utilizarem os EPIs é a dificuldade de adequação dos equipamentos as características antropométricas do labutador, bem como ambientais das localidades.

Desta forma, de acordo com a pesquisa realizada por Veiga, Almeida, Duarte (2016) o uso de EPIs não tem boa aceitação entre os agricultores por gerarem desconforto no período da realização das atividades laborais, causando principalmente pela utilização de macacões e máscaras sensações de sufocamento, calor intenso e falta de ar. Assim, Silva *et al.* (2013) defendem que a negação na utilização das tecnologias de proteção deve-se ao fato de que a preocupação primordial das empresas é somente ofertar os equipamentos, desviando sua atenção do foco principal que é a promoção da saúde e segurança do produtor. Com isso, ocorre o desencorajamento dos trabalhadores em usarem os EPIs, pois em virtude de sentirem mal-estar optam pela exposição aos riscos ocupacionais, ao invés de sofrerem os desconfortos propiciados pelos mecanismos de segurança.

Contudo, identifica-se que ao renegar o uso dos EPIs os agricultores são expostos a riscos intensos de diferentes naturezas, que tem capacidade de pré-dispor o seu adoecimento. A fim de evitar estes problemas é que se estabeleceram as legislações que buscam assegurar os direitos e deveres dos trabalhadores no que tange a adesão aos equipamentos de proteção (ALENCAR, 2016).

A legislação brasileira responsável por influir sobre os EPIs é a NR 6 que assegura a utilização e comercialização dos EPIs somente com a aquisição de um Certificado de Aprovação (CA), que deve ser expedido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Esta norma garante a disponibilização de informações referentes aos processos padronizados que as indústrias devem seguir para produzirem as tecnologias de proteção (NR 6, 2010).

Ademais a NR 6 estabelece as responsabilidades do empregador e do empregado no que tange o fornecimento e utilização dos EPIs, definindo critérios que devem ser seguidos pelas partes, para que sejam cumpridas as exigências de prevenção de agravos e promoção de saúde do labutador.

Desta forma, cabe ao empregador quanto aos EPIs:

Adquirir o EPI adequado ao risco de cada atividade; exigir seu uso; fornecer ao trabalhador somente o EPI aprovado pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho; orientar e treinar o trabalhador sobre o uso adequado, a guarda e a conservação; substituir imediatamente quando danificado ou extraviado; responsabilizar-se pela higienização e manutenção periódica; comunicar ao MTE qualquer irregularidade observada; e registrar o seu fornecimento ao trabalhador (NR 6, 2010, p. 2).

Cabe ao empregado quanto aos EPIs:

Usar o EPI apenas para a finalidade a que se destina; responsabilizar-se pela guarda e conservação; comunicar ao empregador qualquer alteração que o

torne impróprio para uso; e cumprir as determinações do empregador sobre o uso adequado (NR 6, 2010, p.2).

Com intuito de proteger os trabalhadores do país e assegurar o funcionamento das empresas o MTE formulou um conjunto de normas que permitem estabelecer diretrizes de segurança e auxiliar no sucesso da efetivação das regras contidas na NR 6, visto que servem como medida complementar. Deste modo, inclusa no grupo de legislações elaboradas tem-se a NR 31 que influencia diretamente nas questões relacionadas às atividades desempenhadas no setor agrícola, pois aborda os aspectos de organização adotados para a realização das tarefas laborais, prevendo os seguintes tópicos:

Cabe ao empregador rural ou equiparado:

Tomar medidas de avaliação e gestão dos riscos com a determinada ordem de prioridade; eliminação dos riscos; controle de riscos na fonte; redução do risco ao mínimo através da introdução de medidas técnicas ou organizacionais e de práticas seguras inclusive através de capacitação; adoção de medidas de proteção pessoal, sem ônus para o trabalhador, de forma a complementar ou caso ainda persistam temporariamente fatores de risco (FINKLER, 2017, p.18).

Cabe ao trabalhador:

Cumprir as determinações sobre as formas seguras de desenvolver suas atividades, especialmente quanto às Ordens de Serviço para esse fim; adotar as medidas de proteção determinadas pelo empregador, em conformidade com esta Norma Regulamentadora, sob pena de constituir ato faltoso a recusa injustificada; submeter-se aos exames médicos previstos nesta Norma Regulamentadora; colaborar com a empresa na aplicação desta Norma Regulamentadora (FINKLER, 2017, p.18).

Assim, embasado nas NRs pode-se definir os requisitos técnicos e legais aos quais os empregados e os empregadores devem ser submetidos, a fim de estipular as características mínimas de segurança que necessitam ser adotadas para garantir o sucesso no desenvolvimento das atividades e na manutenção do bem estar dos trabalhadores. É em virtude da existência destas determinações, que a adesão ao uso das ferramentas de proteção tende a ser seguida de forma criteriosa, pois a inadequação dos EPIs atrela-se a propagação de penalidades e cobrança de multas (NR 6, 2010; NR 31, 2005).

No que tange as responsabilidades determinadas aos trabalhadores rurais, Canan (2016) assegura que os mesmos devem cumprir as exigências das empresas no que se refere às formas ideais para o desenvolvimento das tarefas, devendo manter-se conscientes da importância de seu empenho para a realização dos exames médicos regidos na legislação. Ademais, os labutadores precisam colaborar com a

empresa, dedicando sua atenção para o cumprimento das medidas de prevenção a acidentes ocupacionais. Com isso, as instituições necessitam estipular medidas de segurança, que para serem efetivadas dependem amplamente da aceitabilidade dos agricultores, aspecto que condiciona um vínculo entre as partes, pois ambas devem seguir suas responsabilidades para que o objetivo principal se cumpra.

Deste modo Canan (2016), enfatiza que além de assegurar que as NRs estabelecidas sejam seguidas pelos trabalhadores, faz-se primordial qualificar os indivíduos para selecionarem e utilizarem os tipos de EPIs condizentes com os riscos exacerbados por cada atividade. Pois, somente desta forma possibilita-se prevenir os acidentes de trabalho e assegurar a QV dos labutadores.

2.3.1 Tipos de EPIs utilizados pelos agricultores

Os equipamentos de proteção individual utilizados pelos agricultores, segundo a NR 6 (2010) encontram-se agrupados em: EPIs para proteção da cabeça, dos olhos, da face, da audição, do tronco, do sistema respiratório, dos membros superiores e inferiores, bem como para prevenção de quedas.

Desta forma, os mecanismos de proteção utilizados pelos trabalhadores rurais devem ser selecionados e adequados de acordo com as peculiaridades esboçados por cada atividade. Com isso, é fundamental que a escolha do EPI se baseie no grau de proteção exigido para a realização de cada tarefa e a parte do corpo que precisa ser protegida, para assim conseguir eliminar as ameaçar que podem acometer a saúde e segurança do agricultor (ALVES, 2013).

Portanto, em virtude da necessidade de se escolher o mecanismo de proteção de acordo com a exposição do trabalhador ao risco, segue abaixo o Quadro 2 que abrange os tipos de EPIs existentes para assegurar a integridade de cada região do corpo do labutador.

Quadro 02 – Região corporal protegida como critério para seleção dos EPIs

Região protegida	Tipo de EPI selecionado para proteção
Cabeça	Capacete; capuz e balaclava.
Olhos e face	Óculos; protetor facial e máscara de solda.
Sistema auditivo	Protetor auricular e tampões.

Sistema respiratório	Máscaras e respiradores condizentes com cada tipo de contaminante presente no ar.
Tronco	Vestimentas.
Membros Superiores (MMSS)	Luva; creme protetor; manga; braçadeira e dedeira.
Membros Inferiores (MMSS)	Calçado; meia; perneira e calça.
Corpo inteiro	Macacão e vestimenta de corpo inteiro.
Proteção contra quedas	Cinto de segurança com dispositivo de segurança ou talabarte.

Fonte: Elaborado com base na Norma Regulamentadora 6 (2010).

Conforme Cizs (2015) a adesão às proteções para cabeça pelos agricultores é fundamental, pois evita a ocorrência de traumatismos, lesões e até mesmo acidentes fatais. Em virtude desta importância é que os EPIs devem ser produzidos com material plástico rígido de alta resistência a penetração e impacto. No entanto, as tecnologias de proteção existentes aos trabalhadores rurais podem ser peças únicas como no caso dos capacetes, ou podem vir como parte de um macacão com capuz, que apresenta vantagens significativas por cobrir todas as partes acima do ombro, exceto o rosto, assim possibilitando proteger o agricultor em especial durante as atividades de pulverização das lavouras, visto que evita o contato direto com os agroquímicos no momento de preparo e aplicação.

Em decorrência de o capacete manter exposto o rosto do labutador, faz-se necessário a existência de mecanismos que evitem lesões nos olhos e na face. Assim, o trabalhador rural precisa aderir à utilização dos óculos de proteção para evitar danos que comumente são causados pelo lançamento de partículas contra a região ocular. Contudo para assegurar o bem estar o agricultor deve fazer uso também de uma máscara que cobre todo o rosto até abaixo da mandíbula, para evitar respingos de líquidos e exposição a poeiras e partículas que tem capacidade para desencadear acidentes ocupacionais (ALVES, 2013).

Quando se aborda as atividades realizadas no setor agrícola nos dias de hoje, logo se identifica o aumento considerável da utilização de tecnologias de produção, como máquinas, tratores e equipamentos barulhentos. Com isso, os trabalhadores precisam proteger os ouvidos de sons muito altos, a fim de evitar o prejuízo ou perda irreversível da audição. Para solucionar o problema de exposição prolongada e

excessiva os EPIs recomendados são os protetores do tipo concha ou de inserção moldável que auxiliam para minimizar os efeitos negativos dos sons elevados nos canais auditivos (SOUZA, 2019).

Desta forma, segundo Cisz (2015) sabe-se que as atividades desenvolvidas pelos trabalhadores rurais causam agravos a diversos sistemas, incluindo o respiratório. Em decorrência desta afirmativa faz-se essencial a conscientização dos trabalhadores para a inclusão das máscaras nos seus cotidianos, pois são responsáveis por filtrar os contaminantes externos evitando que estes adentrem pelas vias aéreas e gerem lesões nos pulmões. Dentre as atividades realizadas pelos agricultores a aplicação de agrotóxicos pode desencadear múltiplos riscos à saúde, pois o manuseio de produtos químicos sem o uso de EPIs culmina na inalação de substâncias capazes de gerar intoxicação, problemática que torna primordial a aquisição de conhecimento do agricultor sobre as ferramentas de proteção indicadas para as vias respiratórias.

Ademais, de acordo com Veiga, Almeida, Duarte (2016) a fim de assegurar a integridade do corpo dos servidores rurais existem vestimentas especiais que incluem macacões de segurança, capas, uniformes e coletes, que devem ser selecionados conforme o risco ao qual o cidadão encontra-se exposto. Neste caso, as vestimentas devem ser produzidas de forma a oferecer conforto térmico aos usuários, sendo normalmente para as tarefas rurais preferíveis a escolha de materiais impermeáveis que asseguram maior segurança aos atuantes.

Apesar de existir proteções que evitam danos ao corpo todo, a NR 6 (2010) estipulou uma subdivisão que estabelece métodos de proteção específicos para os membros superiores e inferiores. No que abrange os MMSS o principal cuidado se volta para a utilização de luvas que dependendo do modelo podem proteger desde a mão até o braço. Porém, além da adesão as luvas, há possibilidade do uso de cremes de proteção, que são resistentes a diferentes substâncias e colaboram para a manutenção da integridade da pele.

Logo, no que tange a proteção dos MMII Cisz (2015) afirma que a utilização de botas, botinas e perneiras de segurança confeccionadas em material de couro ou policloreto de vinila (PVC) são fundamentais para protegerem os pés e as pernas dos agricultores contra animais peçonhentos, torções, derrapagens, umidade, objetos cortantes, ação de produtos químicos e demais riscos ocupacionais aos quais os trabalhadores estão ou podem estar expostos na agricultura.

No entanto dentre todas as proteções estabelecidas pela NR 6 à adesão aos equipamentos que visam prevenir as quedas são menos abordados entre os trabalhadores rurais, em virtude de que os serviços desenvolvidos pelos agricultores não costumam ser em elevação. Por isso, mínimas são as informações transmitidas aos labutadores sobre esta tecnologia de segurança, fazendo com que durante o desenvolvimento das poucas atividades em alturas iguais ou superiores a dois metros, os labutadores não façam uso das ferramentas que diminuem os agravos provocados pelas quedas (ALVES, 2013).

Portanto, Cisz (2015) percebe o uso dos EPIs como uma estratégia de prevenção, sendo fundamental para a segurança dos trabalhadores, pois possibilita reduzir os riscos existentes nos ambientes de trabalho, bem como ameniza as sequelas que podem ocorrer em caso de acidentes. Desta forma, as tecnologias de proteção podem ser identificadas como ferramentas essenciais para garantir a QV dos labutadores.

2.4 Principais culturas produzidas pelos agricultores do RS

O estado do RS apresenta papel primordial no que tange a produção nacional de alimentos, e é percebido como a Unidade da Federação que detêm maior colaboração para a oferta nacional de produtos agrícolas. Porém, apesar de variados serem os cultivos produzidos no estado, as culturas que colaboram para a inserção dos agricultores gaúchos como protagonistas de distribuição nacional e internacional de insumos agrícolas incluem o fumo, o milho, o arroz e em especial a soja (FEIX e LEUSIN JÚNIOR, 2019).

Desta forma, a agricultura faz-se inclusa em todas as regiões do território gaúcho, porém no que tange o Vale do Rio Pardo, pode-se constatar que a soja, o arroz e o milho integram o grupo das principais culturas produzidas no que permeia os aspectos de área plantada e quantidade gerada. No entanto, referente ao valor de produção, a esse conjunto de produtos soma-se o fumo, que surge como a principal cultura desenvolvida em lavouras temporárias, que não são designadas para o plantio de grãos (IBGE, 2017).

No entanto, Feix e Leusin Júnior (2019) salientam que ao se analisar as áreas destinadas ao plantio de grãos na atualidade, a sojicultura detêm o maior índice de produção em decorrência do seu considerável aumento, que é incentivado pela demanda externa e pelo valor expressivo do produto. No caso do cultivo da soja além

do aumento da produtividade, outro aspecto evidente é a sua inserção em regiões que anteriormente se destinavam a produção de milho, produto, que integra o grupo dos principais cereais fornecedores de matéria prima para a fabricação de alimentos no estado.

Ademais, de acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB (2015) no que aborda as mudanças ocorridas no setor agrícola do estado existe um contínuo recuo na área destinada à produção de arroz, em decorrência do aumento da adesão dos agricultores ao plantio de soja. Substituição esta, oriunda da estabilização da demanda do produto no mercado, bem como da entrada de arroz proveniente de importações de países integrantes do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), fatores estes que impossibilitam os agricultores de aumentarem a área de plantio quando restringem suas atuações apenas a rizicultura.

Porém, de acordo com Bayer (2016) ao se identificar as principais culturas produzidas no estado, percebe-se que cada cultivo detém características organizacionais particulares, e exigências de produção diferenciadas, o que expõe os trabalhadores rurais a múltiplos riscos ocupacionais, desencadeados pelos métodos de produção exigidos para cada atuação.

Pois os agricultores que dedicam seu tempo para a plantação do tabaco precisam estar dispostos a desempenharem uma labutação que exige uma intensa mão de obra, enquanto que os servidores rurais que optam por aderirem ao cultivo de grãos comumente costumam priorizar a utilização de tratores e ferramentas que auxiliam para o desenvolvimento das tarefas rurais. No entanto, dentre os riscos que se igualam para todas as atividades inclui-se a exposição aos agrotóxicos, pois os quatro principais cultivos produzidos no RS, para que possam gerar superior produtividade exigem a utilização de substâncias química, que podem predispor adoecimentos de diferentes gravidades ao labutador (VIEIRA *et al.*, 2018).

Corrêa (2017) salienta que em virtude de as atividades praticadas na agricultura serem consideradas de grande risco, faz-se essencial que o agricultor utilize tecnologias de proteção que condigam com o agravante ao qual está exposto, a fim de prevenir e minimizar os danos a sua saúde. Portanto, no que tange as principais culturas produzidas no estado os EPIs que devem ser usados para a realização de cada atividade são os recomendados no Quadro 3.

Quadro 03 - EPIs recomendados para a realização de cada atividade rural

Aplicação de agrotóxicos	Trabalho com tratores	Trabalho na lavoura
Boné árabe	Chapéu	Chapéu ou boné árabe
Calça, blusa e avental	Protetor auditivo	Protetor solar
Viseira facial e respirador	Macacão justo	Botas impermeáveis
Luvras e botas de PVC	Botina	Capa de chuva

Fonte: Adaptado de Corrêa (2017).

Contudo, para que os trabalhadores saibam quais EPIs devem utilizar em cada situação de labutação, faz-se primordial o fornecimento de informações acerca da importância de aderir às tecnologias de proteção corretas. Incumbência esta que segundo Bayer (2016) é de responsabilidade das empresas e dos profissionais de saúde, que detêm aptidão e conhecimentos capazes de conscientizar os agricultores.

2.5 A atenção à saúde do agricultor na ótica do SUS e o papel do enfermeiro

Em 1990 o Sistema Único de Saúde (SUS) foi regulamentado pela lei nº8080 e teve como principal intuito implementar as políticas nacionais em saúde para promover condições saudáveis de vida, prevenir riscos à saúde da população e garantir o acesso a um conjunto de serviços assistenciais. Neste contexto, teve-se a possibilidade de estabelecer no âmbito dos SUS a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) que se caracteriza pela disponibilização de assistências individuais e coletivas no que tange os aspectos de promoção da saúde, prevenção de risco e reabilitação da QV dos cidadãos (SILVA *et al.*, 2018).

Porém, segundo Silva (2017) a utilização da atenção básica (AB) como porta de entrada ao sistema de saúde do país se fortaleceu e evoluiu positivamente com a criação das Estratégias de Saúde da Família (ESFs), pois possibilitou ampliar o acesso dos cidadãos aos serviços de saúde e assegurar a atenção a populações de territórios adscritos aos quais as unidades precisam assumir a responsabilidade.

No entanto, no Brasil o grande desafio enfrentado pelo setor da saúde, é assegurar o estabelecimento do nível primário de atenção de forma eficiente, humanizada e de qualidade, visto que se evidenciam múltiplas variações sociais e econômicas entre os indivíduos atendidos, pois as equipes multidisciplinares que atuam nas ESFs prestam cuidados para grupos populacionais de áreas rurais e

urbanas, que apresentam ampla diferença no que abarca os aspectos de acessibilidade aos sistemas de saúde (OLIVEIRA, 2019).

Logo, Silva *et al.* (2018) defendem que promover cuidados de saúde efetivos para populações que habitam as áreas rurais permeiam um desafio para o SUS, pois os agricultores apresentam particularidades na forma como cuidam da sua saúde e carregam consigo valores, crenças e hábitos que perpassam de geração para geração, formulando suas identidades culturais. Ademais, outro aspecto que dificulta a prestação da assistência a este grupo populacional é o distanciamento entre os domicílios e os serviços de saúde, bem como a falta de transporte nestas regiões.

Assim, Oliveira (2019) define que a limitação da acessibilidade aos serviços de saúde predispõe o déficit de orientações dos profissionais para com os trabalhadores, no que se refere à forma como devem se proteger dos perigos do setor agrícola. Deste modo, a falta de informações colabora para que os trabalhadores se exponham sem o uso dos EPIs a ilimitados riscos ocupacionais provenientes das tarefas desempenhadas nos seus cotidianos, que tem poder para influenciar amplamente nas suas condições de saúde.

Porém, segundo Vieira *et al.* (2018) promover saúde é o foco essencial para minimizar esses riscos, critério que exigiu a formulação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT) para estipular o desenvolvimento de ações que assegurem a QV dos cidadãos. Com isso, a AB recebeu a incumbência de ser a base para a atenção à saúde do trabalhador, pois é percebida como um ambiente propício para os profissionais contribuírem para a formulação de ações de promoção de saúde e prevenção de agravos, proporcionando assim a disseminação de informações e orientações que agreguem sabedoria aos trabalhadores.

No que tange as ações em saúde do trabalhador deve-se considerar os fenômenos de saúde e doença em sua ampla relação com o trabalho, nos seus aspectos individuais e coletivos, com intuito de formular ações que almejem a promoção da saúde, assistência à saúde e vigilância em saúde de forma integral nas três esferas de gestão do SUS. Assim, as ações de promoção em saúde devem objetivar o fortalecimento dos labutadores através da busca por direitos que assegurem condições dignas de atuação (BRASIL, 2018).

Porém, a AB tem como incumbência além de promover saúde, assegurar a análise da inserção laboral do cidadão para poder processar o diagnóstico correto e estipular o plano terapêutico que viabilize o desenvolvimento da assistência à saúde,

nos aspectos físicos e psicossociais. A atuação em prol da saúde do trabalhador na AB é ampla e inclui um componente de grande relevância que é a Vigilância em Saúde do Trabalhador (VISAT) responsável por abranger a vigilância epidemiológica dos agravos e doenças relacionados ao trabalho e a vigilância dos ambientes e processos de trabalho, a fim de produzir, divulgar e difundir orientações em saúde, bem como estipular atividades de educação em saúde (BRASIL, 2018).

No que se refere à PNSTT faz-se fundamental salientar, que uma de suas diretrizes é a estruturação da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST) composta por Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST). A RENAST representa o fortalecimento da PNSTT no SUS, pois colaborou para unir as condições primordiais para o estabelecimento de uma política de estado, bem como os meios necessários para sua aplicação na prática, a fim de incluir-se entre os serviços voltados a assistência e vigilância da saúde do trabalhador (RENAST, 2006).

Todavia, as ações que visam melhorar as condições de trabalho e bem estar dos cidadãos é também de responsabilidade do CEREST, que desempenha papel técnico e científico no processo de orientação e fornecimento de retaguarda, para que os atendimentos de saúde do trabalhador possam ser promovidos em todos os níveis de atenção do SUS de forma integral e hierarquizada, ou seja, incumbe aos CERESTs estaduais e regionais organizar e articular as ações intra e intersetoriais de saúde dos trabalhadores (RENAST, 2006).

A fim de influir sobre a saúde do agricultor existe também a Unidade Municipal de Referência em Saúde do Trabalhador (UMREST) responsável por prestar assistência especializada para cidadãos acometidos por acidentes e doenças desencadeadas ou interligadas a atividades laborais. Deste modo, tem como prioridade no atendimento o cuidado baseado na promoção, na prevenção e principalmente na assistência aos usuários que usufruem deste serviço (ROSA *et al.*, 2016).

No entanto, apesar da existência dos órgãos responsáveis por zelar pela saúde do trabalhador, para que a formulação de estratégias que objetivem o bem-estar deste grupo ocorra de forma eficiente, faz-se essencial que os profissionais da saúde atuantes na AB atentem para as questões relacionadas aos diferentes tipos e formas de trabalho existentes no setor rural, pois estes detêm distintas influências no processo de adoecimento dos trabalhadores. Segundo Silva (2017) é primordial que

seja avaliado as pluralidades do setor rural, para contemplar a realidade das condições de saúde de cada labutador, a fim assegurar ações que permeie o sucesso da resolutividade dos problemas salientados pelos usuários.

Portanto ao observar que é nítida a necessidade de compreender a situação de risco ao qual o trabalhador está exposto para poder formular ações de promoção da saúde e prevenção de doenças, percebe-se o papel fundamental que o enfermeiro apresenta perante o processo de análise situacional por ser o profissional mais próximo das comunidades, e que detém conhecimento superior acerca das demandas, necessidades e carências apresentadas pelos agricultores (GAUDIOSO *et al.*, 2018).

ALVES (2017) comenta que o enfermeiro da ESF atuante na área rural deve identificar as vulnerabilidades as quais os trabalhadores encontram-se expostos no seu cotidiano e promover ações em formato de palestras individuais ou coletivas que visem disseminar orientações acerca dos riscos ocupacionais existentes nas tarefas laborais. Cabe também ao enfermeiro informar os trabalhadores acerca dos mecanismos de proteção individual que devem ser utilizados para garantir à segurança na execução das atividades e prevenir os danos ocasionados à saúde.

Ademais, o profissional enfermeiro além de atuar diretamente com o trabalhador rural, deve investir em educação permanente para os profissionais que integram a equipe da ESF, pois estando capacitados acerca da saúde do trabalhador, os servidores apresentam respaldo para promoverem o processo de promoção da QV dos labutadores, através da transmissão de informações que orientem sobre a necessidade de aderir aos EPIs para o desenvolvimento de atividades que permeiem riscos ao seu bem estar (MOREIRA *et al.*, 2015; ALVES, 2017).

De acordo com Silva (2017) incumbe à enfermagem conscientizar os profissionais sobre a importância de promover uma atenção de qualidade ao trabalhador, que valorize as perspectivas da integralidade e multidisciplinariedade, pois apesar de na AB cada trabalhador deter suas atribuições, a promoção de uma assistência acolhedora, humanizada e eficiente só é possível através de uma atuação em equipe que tenha como princípio a satisfação do usuário.

Porém, além da prestação de uma assistência integral e resolutiva no que tange as necessidades de saúde do agricultor é fundamental que os profissionais considerem as especificidades e competências dos indivíduos que compõem esse grupo. Para isso, faz-se essencial que o enfermeiro seja crítico e reflexivo, e que use

seus conhecimentos e habilidades para compreender as vulnerabilidades dos trabalhadores rurais e de suas famílias (SILVA *et al.*, 2018).

Pois, para conseguir formular um modelo de saúde eficiente na ruralidade, é prudente avaliar as singularidades de comportamento e cultura esboçadas pelo homem do campo, visto que assim é possível identificar os obstáculos do ambiente de trabalho que precisam ser solucionados para proporcionar a promoção da QV de uma população que associa o conhecimento científico ao saber empírico perpassado por gerações (MOREIRA *et al.*, 2015)

3 METODOLOGIA

A metodologia em um projeto de pesquisa deve ser percebida como uma ferramenta que colabora para auxiliar na elaboração e planejamento do estudo, pois possibilita apresentar de maneira detalhada e minuciosa todos os procedimentos e ações que serão utilizados pelo pesquisador para desenvolver a pesquisa (ALMEIDA, 2016). Portanto, segundo Oliveira (2011) a metodologia auxilia a determinar os passos que devem ser seguidos durante a efetivação do estudo, visto que colabora para delimitar as técnicas a serem utilizados na realização da pesquisa, assim, deixando obvia as tomadas de decisões, os meios e as problemáticas a serem trabalhadas.

3.1 Tipo de estudo

Este estudo trata-se de uma pesquisa exploratória, descritiva de abordagem qualitativa. A proposta do tipo exploratória foi elencada com base nos conceitos de Prodanov e Freitas (2013), que enfatizam que este método tem por finalidade a aquisição de um número superior de informações sobre a temática investigada, favorecendo desta forma a delimitação do tema de pesquisa, de tal modo que oriente a fixação dos objetivos, bem como a criação de hipóteses, a fim de auxiliar para tornar capaz a formulação de um novo enfoque para o assunto. Ademais, a adesão a este tipo de estudo possibilita um planejamento flexível, que assegura a análise da temática por múltiplos ângulos, capazes de envolver levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema em questão e análise de exemplos que estipulem a compreensão.

Para Ferreira (2011) a proposta do tipo descritiva permite discorrer as particularidades de uma população ou acontecimento, assim como garante realizar análises capazes de incluir informações individuais do sujeito pesquisado, como idade e sexo. Com isso, o processo de escolha desse método possibilitará observar a percepção dos trabalhadores rurais com relação à adesão ao uso dos EPIs, além de registrar e avaliar as informações disseminadas por esse grupo populacional. Portanto, o intuito desta metodologia de pesquisa é caracterizar a população através da descrição das variáveis em estudo, sem estipular relações entre estas.

No que tange a abordagem da pesquisa, ao se optar por desenvolver um estudo de método qualitativo Minayo (2017) afirma que se almeja compreender a história, as representações, crenças, percepções e opiniões, que permeiam as interpretações que os indivíduos processam a respeito de como vivem. Desta forma, Moré (2015) reitera

que este tipo de pesquisa não se detém a quantificação de valores, mas sim busca a intensidade dos fenômenos, visto que atua pouco focada nos aspectos de repetição e muito mais atenta as questões de intensidade, singularidade e significado das vivências socioculturais.

Além disso, os autores salientam que este tipo de estudo possibilita proporcionar a participação de cidadãos alfabetizados e analfabetos, em virtude de o pesquisador estar apto para repetir e reformular as perguntas, bem como para esclarecer dúvidas expostas pelos participantes durante a pesquisa. Por fim, este método permite qualificar e compreender os acontecimentos em seus aspectos sociais e históricos, pois assume seus valores e os destina para análise (CARNUT, 2019).

3.2 Local da pesquisa

A pesquisa será realizada no município de Passo do Sobrado, que possui área territorial de 265,108 quilômetros quadrados, com distância de aproximadamente 134 quilômetros da capital Porto Alegre. É composto por 6.347 habitantes, onde 1.542 residem na área urbana e 5.032 moram na região rural, predispondo uma ampla superioridade no que tange os domicílios localizados na ruralidade, que atingem um percentual de 71,1% em comparação com a região urbana que apresenta 28,9% das habitações (SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE, 2019).

O município possui grande diversidade econômica e cultural, no entanto a agricultura é percebida como a base da economia da região, pois responde por 55% do valor adicionado as finanças da localidade. Com isso, dentre as culturas que recebem destaque no município tem-se a soja que detém 44% dos hectares cultivados, o fumo que apesar de apresentar inferioridade na área produzida encarrega-se por gerar o maior rendimento médio entre as culturas produzidas, bem como o arroz e o milho, que em associação com as demais colaboram para a ocupação de 10.270 hectares de terra arada (SEBRAE, 2019).

Assim, o município a fim de suprir as demandas de saúde da população conta com duas ESFs, sendo denominadas por ESF Passo do Sobrado 1 e ESF Passo do Sobrado 2, ambas localizadas no centro da cidade e responsáveis por prestar

assistência para 6.061 cidadãos, que compõe 2.086 famílias habitantes de quatorze micro áreas distintas, sendo elas sete pertencentes a cada unidade (BRASIL, 2015).

O presente estudo será desenvolvido com agricultores pertencentes à área de abrangência da ESF Passo do Sobrado 1, que de acordo com dados da Secretária de Saúde compromete-se em prestar assistência para 1140 famílias no que tange as ações de tratamento, reabilitação, prevenção de agravos e promoção da saúde. Portanto, a estratégia possibilita ofertar aos trabalhadores rurais serviços individuais e coletivos que assegurem à QV dos Passobradenses (PASSO DO SOBRADO, 2020).

Ademais, com intuito de promover a resolutividade dos problemas apresentados pelos usuários, as ESFs de Passo do Sobrado contam com a participação do Núcleo de Apoio a Atenção Básica (NAAB) e do Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF), responsáveis por garantir a presença de equipes multiprofissionais que atuam de forma integrada com as equipes de saúde da família (SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, [2020?]).

Deste modo, no que tange a ESF 1 os cidadãos são assistidos por uma equipe de saúde da família composta por uma enfermeira, um médico, sete ACS, uma recepcionista e dois técnicos de enfermagem, que a fim de suprir de forma completa as demandas esboçadas pelos cidadãos contam com a colaboração de profissionais responsáveis por proporcionar atendimento nas áreas de nutrição, odontologia, psicologia, ginecologia, pediatria, fisioterapia e assistência social (SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, [2020?]).

Contudo, a escolha da ESF 1 como unidade integrante do estudo, se deu primeiramente em virtude de questões geográficas, que tendem a auxiliar a coleta de dados por a estratégia possuir seu território de abrangência localizado em uma região de fácil acesso. Porém, com intuito de restringir a região na qual o estudo será desenvolvido, a pesquisadora optou por selecionar dentre as sete micro áreas de abrangência da ESF a que detém maior diversidade de culturas produzidas, aspecto que culminou no estabelecimento da micro área 1 como região estipulada para a realização das visitas domiciliares (VD), visto que a localidade apresenta trabalhadores rurais que labutam em variadas produções agrícolas, proporcionando assim a possibilidade de entrevistar plantadores das quatro principais plantações cultivadas no município.

3.3 Sujeitos do estudo

Os sujeitos participantes desta pesquisa serão agricultores, residentes no município de Passo do Sobrado/RS que possuam cadastro na ESF Passo do Sobrado 1 e pertençam ao território de abrangência da micro área 1.

Neste estudo os participantes precisam contemplar os respectivos critérios de inclusão: ter idade superior a dezoito anos; cultivar uma ou mais das quatro principais plantações produzidas no município, ou seja, precisam ser produtores de soja, fumo, milho ou arroz; apresentar talão de produtor rural; estar desenvolvendo atividades agrícolas no município de Passo do Sobrado no momento da pesquisa; aceitar participar voluntariamente do estudo; concordar em assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e estar de acordo em realizar a entrevista na sua propriedade.

Portanto a provável amostra de participantes para esta pesquisa será estipulada em 20 agricultores, quantitativo este que segue os parâmetros estabelecidos por Morse (1994) e mencionados por Minayo (2017, p. 6) no qual determinam uma amostragem consensual de participantes para qualquer tipo de investigação qualitativa com pelo menos 20 a 30 entrevistados.

Por isso, dos indivíduos que compõe as 181 famílias pertencentes à micro área 1, será selecionado de forma aleatória 20 trabalhadores rurais, para os quais a pesquisadora realizará VD, a fim de promover a coleta de dados. No entanto, após o contato inicial com os cidadãos durante as saídas de campo, a pesquisadora entrevistará somente os pesquisados que contemplarem todos os critérios de inclusão exigidos para participação no estudo.

Vale salientar, que o tamanho final da amostra poderá ser modificado, pois a pesquisadora levará em consideração a amostragem por saturação, determinada por Glaser e Strauss (1967) e citada por Minayo (2017, p. 5) “como um momento no trabalho de campo em que a coleta de novos dados não traz mais esclarecimentos para o objeto estudado”, desta forma como enfatiza Falqueto, Hoffmann, Farias (2018) deve-se promover a interrupção da captação de dados, visto que as informações fornecidas pelo novo entrevistado não contribuem de maneira eficaz para subsidiar a teorização almejada.

3.4 Instrumento para coleta de dados

Como instrumento para a coleta de dados será aderida a realização de uma entrevista semiestruturada (APÊNDICE A) que seguirá um roteiro de vinte questões abertas e fechadas, abordando o perfil do agricultor e o uso de EPIs pelos trabalhadores para a realização das atividades laborais. Ao se optar pela realização de uma entrevista, assim como defende Minayo (2014) tem-se a possibilidade de promover uma conversa de natureza profissional entre duas ou mais pessoas, na qual a iniciativa deve ser tomada pelo entrevistador, pois no caso de aderir a um modelo semiestruturado de perguntas o pesquisador pode guiar-se pelo roteiro de questões e permitir flexibilizar o processo de organização da conversa de acordo com o surgimento das informações.

Portanto Batista, Matos, Nascimento (2017) enfatizam que a entrevista semiestruturada é aquela que integra perguntas abertas e fechadas, nas quais os pesquisados têm a oportunidade de discorrer sobre o tema abordado, sem deterem-se apenas a indagações previamente formuladas. Assim, baseado em Moré (2015) evidencia-se que esta forma de entrevista é percebida como um encontro social, onde os próprios atores adequam as informações referentes às suas vivências e experiências, ou seja, a própria pessoa aborda aquilo que pensa ou sente, podendo esboçar sua realidade quando relativo à temática abordada, independente da organização prévia do pesquisador.

Deste modo, a coleta de dados para o estudo será realizada através de uma entrevista que ocorrerá por meio de uma VD, onde a pesquisadora contará com a participação da Agente Comunitária de Saúde (ACS) responsável pela micro área de abrangência da pesquisa. Pois, a profissional acompanhará a entrevistadora até as propriedades rurais, a fim de minimizar as manifestações de receio por parte dos agricultores em aceitar um desconhecido em sua propriedade, visto que a pesquisadora não conhece os agricultores que participarão da pesquisa.

Em virtude de não se promover agendamento prévio para a realização da VD, os agricultores terão o primeiro contato com a pesquisadora no momento da coleta de dados, por isso, a entrevistadora contará com o auxílio da ACS, que por deter o conhecimento dos agricultores colaborará para promover as apresentações, a fim de assegurar que os trabalhadores recebam a pesquisadora e permitam que a mesma explique os motivos pelo qual se encontra em suas propriedades, bem como os objetivos e relevâncias da pesquisa.

Após a problematização da temática por parte da pesquisadora, será promovido o convite ao indivíduo para participar da pesquisa, possibilitando assim perceber seu interesse em ser voluntário no estudo. Se o agricultor aceitar participar, a pesquisadora analisará se o trabalhador contempla todos os critérios de inclusão exigidos para participação na pesquisa, com intuito, de se prudente realizar a coleta dos dados.

Ademais, com intuito de otimizar o tempo da pesquisadora e do pesquisado, bem como a fim de assegurar a captação dos dados narrados pelo agricultor de forma completa e íntegra, sem a existência de interpretações errôneas durante o processo de comunicação, as entrevistas serão gravadas para posteriormente serem transcritas, visando desta forma assegurar o máximo da originalidade na fala dos entrevistados, evitando alterar o formato da linguagem e das respostas esboçadas pelos trabalhadores rurais.

Por fim, vale salientar que se a população brasileira, em especial a do município onde a pesquisa será desenvolvida se mantiver enfrentando a pandemia de COVID-19 no período determinado para coleta de dados, a pesquisadora optará por realizar a entrevista na área externa da residência dos agricultores, a fim de manter o distanciamento social e seguir as medidas estabelecidas pelo Ministério da Saúde para prevenção do coronavírus.

3.5 Procedimentos

Inicialmente, será enviado à Secretária de Saúde de Passo do Sobrado um ofício de solicitação de autorização para a realização do presente estudo no município (APÊNDICE B), juntamente do termo de aceite institucional (ANEXO A), assim, havendo aprovação por parte dos gestores de saúde da região, o projeto de pesquisa será submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Santa Cruz do Sul (CEP-UNISC), pois o estudo contará com a participação de seres humanos, o que exige seguir os princípios éticos preconizados pela resolução 466/12.

Portanto, somente após a aprovação dos órgãos competentes para a realização da pesquisa é que a pesquisadora promoverá contato inicial com a enfermeira da unidade de saúde, a fim de realizar a apresentação da entrevistadora e contextualizar a razão pelo qual o estudo será desenvolvido, bem como combinar uma data e horário em que a Agente Comunitária de Saúde (ACS) responsável pela micro área 1 vinculada a ESF Passo do Sobrado 1 esteja presente na unidade, pois a

entrevistadora almeja solicitar para a profissional as informações referentes aos endereços dos agricultores que participarão da pesquisa, bem como combinar com a ACS as datas e horários para a realização das VDs as propriedades dos agricultores, que deverão ocorrer sem prévio agendamento.

Desta forma, durante as VDs será promovido contato inicial com os agricultores, momento no qual se possibilitará apresentar os objetivos da pesquisa, a relevância do estudo e a forma como se processará a coleta de dados, com intuito de convidar o agricultor a participar da pesquisa. Vale salientar que será enfatizado ao trabalhador que a participação ou não neste estudo não implicará em riscos ou prejuízos ao informante, pois se manterá sigilo e anonimato sobre os dados a serem informados, assim como exige a Resolução 466/12.

Aos voluntários que aceitarem participar da pesquisa, no domicílio, a primeira ação será explicar que a forma de coleta dos dados ocorrerá por meio de uma entrevista, onde irá ser gravada a conversa existente entre o entrevistado e o entrevistador. Após proceder a explicação, será solicitado para que o agricultor preencha o TCLE (APÊNDICE C) em duas vias, pois uma ficará em posse do participante e a outra com a pesquisadora, sendo que é necessário mantê-los guardados por um período de cinco anos, para em seguida serem incinerados.

Ademais, para a coleta de dados cada agricultor será representado pelas letras TR de trabalhador rural, bem como por um número que se refere à ordem de realização da entrevista, a fim de assegurar o anonimato. Pois, todos os dados que serão coletados, buscam exclusivamente suprir as demandas da pesquisa e poderão ser utilizados em eventos científicos.

3.6 Análise dos dados

Os dados coletados durante as entrevistas serão analisados através do método de análise de conteúdo, pois de acordo com Silva e Fossá (2015) este modelo possibilita a compreensão do processo de comunicação por diferentes fontes de conteúdo. Portanto, assim como defende Mendes e Miskulin (2017) o pesquisador que utiliza a metodologia de análise de conteúdo almeja classificar o material em temas e categorias que colaborem para o entendimento do que permeia as afirmativas salientadas pelos entrevistados.

No que tange a organização das informações coletadas Minayo (2014) aborda que as entrevistas devem ser transcritas e classificadas conforme os objetivos

apresentados pela pesquisa. Em virtude disto, no que se refere ao presente estudo, os dados objetivos serão relativos ao perfil do trabalhador, onde abordará as características individuais e o histórico ocupacional do indivíduo, enquanto as informações subjetivas serão agrupadas em categorias que abranjam a adesão ao uso dos EPIs pelos entrevistados.

Ademais, para Bardin (1977) no desenvolvimento de pesquisas qualitativas o método de análise de conteúdo é o mais utilizado, visto que é percebido como uma busca teórica e prática no campo da investigação e se subdivide em três distintas fases. A primeira etapa como comenta Mendes e Miskulin (2015) é a pré-análise, usada para sistematizar as ideias iniciais e estabelecer indicadores, a fim de interpretar os dados coletados por meio da leitura geral do material, que precisam já estar transcritos em caso de análise de entrevista.

Concluída a primeira fase, dirige-se para a exploração do material, estabelecida como segunda etapa que visa explorar os dados coletados através da construção das operações de codificação, que propiciam o estabelecimento de unidades de registro para agrupar as informações em categorias, com intuito de possibilitar interpretar o real sentido e sentimento esboçado nas falas dos participantes do estudo (MINAYO, 2014).

Por fim, a terceira etapa abarca o tratamento dos resultados, inferência e interpretação, consiste portanto em identificar os conteúdos explícitos e potenciais presentes em todas as informações captadas com o entrevistado, com intuito de promover a análise reflexiva e crítica das interpretações para identificar os aspectos considerados semelhantes, bem como os delineados diferentes (MENDES e MISKULIN, 2015).

5 ORÇAMENTO

TÍTULO DA PESQUISA: O uso de equipamentos de proteção individual por agricultores: Estudo em um município no interior do Rio Grande do Sul

GESTOR FINANCEIRO: Luciane Maria Schmidt Alves

ITEM	Quantidade	Valor unitário do item (R\$)	Valor total do item (R\$)
Pacote de folha A4	1 pacote	R\$ 8,00	R\$ 8,00
Pasta plástica	1 unidade	R\$ 1,75	R\$ 1,75
Prancheta	1 unidade	R\$ 5,00	R\$ 5,00
Canetas hidrográficas	1 unidade	R\$ 2,00	R\$ 2,00
Gasolina, para deslocamento até a residência dos agricultores	25 litros	R\$ 3,99	R\$ 99,75
Passagem intermunicipal	8 passagens	R\$ 6,75	R\$ 54,00
Lápis	1 unidade	R\$ 1,50	R\$ 1,50
Borracha	1 unidade	R\$ 1,00	R\$ 1,00
Impressões	60 páginas	R\$ 0,25	R\$ 15,00
VALOR TOTAL DO ORÇAMENTO			R\$ 188,00

Luciane Maria Schmidt Alves
Pesquisador responsável

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Maria Carmem Batista de. *Prevenção de riscos associados à atividade laboral do trabalhador rural no município de Cajazeiras – PB*. 2016. 45 f. Dissertação (Mestre em Sistemas Agroindustriais) - Universidade Federal de Campina Grande, Pombal, 2016. Disponível em: <<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/535>>. Acesso em: 20 de abr. 2020.

ALMEIDA, Nara Gabriela Nascimento de. A importância da metodologia científica através do projeto de pesquisa para a construção da monografia. *Revista de biblioteconomia e Ciência da informação*, [s. l], v. 2, n. 1, p. 57- 66, 30 jun. 2016. Disponível em:<<https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/92/67>>. Acesso em: 05 de jun. 2020.

ALVES, Tereza Cristina. *Manual de equipamento de proteção individual*. São Paulo: EMBRAPA pecuária Sudeste, 2013.

ALVES, Daniela. *Ações de saúde a produtores de tabaco expostos a agrotóxicos: estudo em um município de atividade econômica predominantemente agrícola*. 2017. 59 f. TCC (Curso de Graduação em Enfermagem) - Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/1897/1/Daniela%20Alves%20.pdf>> . Acesso em: 08 de mai. 2020.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BATISTA, E. C.; MATOS, L. A. L.; NASCIMENTO, A. B. A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*, Blumenau, SC, v.11, n.3, p.23-38, 2017. Disponível em: <<file:///C:/Users/Carla%20Oliveira/Downloads/Aentrevistacomotcnicadeinvestigaonapesquisaqualitativa.pdf>>. Acesso em: 05 de jun. 2020.

BAYER, Lorhayne de Jesus Zebende. *Os agravos à saúde do trabalhador rural*. 2016. 20 f. TCC (Especialização em atenção básica em saúde da família) – Universidade do estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<https://ares.unasus.gov.br/acervo/handle/ARES/8077>>. Acesso em: 12 de abr. 2020.

BRASIL. Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973. Estatui normas regulamentadoras do trabalho rural e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 de jun. de 1973. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5889.htm>. Acesso em: 25 de mai. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Banco de dados do Sistema Único de Saúde – DATASUS, *Assistência à saúde, Atenção Básica – Saúde da família de 1998 a 2015*. Disponível em:<<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0202&id=11639>>. Acesso em: 27 mai. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora*. Caderno de Atenção Básica, n. 41, Brasília – DF: Ministério da Saúde, 2018, p.138.

BRASIL. Secretária de Inspeção do Trabalho. Portaria n° 194, de 07 de dez. 2010. Altera a Norma Regulamentadora n° 6 - Equipamento de Proteção Individual (EPI). Disponível em: <https://enit.trabalho.gov.br/portal/images/Arquivos_SST/SST_NR/NR-06.pdf >. Acesso em: 04 de abr. 2020.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Portaria n° 86, de 03 de mar. 2005. Aprova a Norma Regulamentadora n° 31- Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura. Disponível em: <https://enit.trabalho.gov.br/portal/images/Arquivos_SST/SST_NR/NR-31.pdf >. Acesso em: 04 de abr. 2020.

CANAN, Andreia Demarchi. *Saúde do trabalhador: Riscos ocupacionais inerentes ao trabalhador rural no cultivo da banana na Comunidade Santa Terezinha, localizada na Vicinal Norte Sul pertencente à Cidade de Itaituba- PA*. 2016, 66f. TCC (Graduação) – Curso de Enfermagem, Faculdade de Itaituba, Itaituba, 2016. Disponível em: <[http://www.faculadadedeitaituba.com.br/pdf.php?id=36&f=TCC%20FINAL%20ANDR EIA.pdf](http://www.faculadadedeitaituba.com.br/pdf.php?id=36&f=TCC%20FINAL%20ANDR%20EIA.pdf) >. Acesso em: 27 de mar. 2020.

CARNUT, Leonardo. Pesquisa social ou pesquisa qualitativa? Uma dis(des)cu(constru)ss(ç)ão em pauta na saúde coletiva. *Saúde em debate*, Rio de Janeiro, v.43, n.120, p. 170-180, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/sdeb/2019.v43n120/170-180/pt/>>. Acesso em: 05 de jun. 2020.

CASTANHO, R. B.; TEIXEIRA, M. E. S. A evolução da agricultura no mundo: Da gênese até os dias atuais. *Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium*, Ituiutaba, MG, v. 8, n. 1, p. 136-146, jan./jun. 2017. Disponível em: <<file:///C:/Users/Carla%20Oliveira/Downloads/50874-Texto%20do%20artigo-210673-1-10-20191002.pdf> >. Acesso em: 23 de mar. 2020.

CEPEA. *Boletim mercado de trabalho do agronegócio brasileiro*. Centro de estudos avançados em economia aplicada e Fundação de estudos agrários Luiz de Queiroz. Piracicaba, n.4, 2019.

CISZ, Cleiton Rodrigo. *Conscientização do uso de EPI's, quanto à segurança pessoal e coletiva*. 2015. 44 f. Monografia (Pós Graduação em Engenharia de Segurança do Trabalho) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2015. Disponível em: <http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/3833/1/CT_CEEST_XXIX_2015_07.pdf>. Acesso em: 02 de mai. 2020.

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL- CNA. *Panorama do Agro*. 2019. Disponível em: <<https://www.cnabrasil.org.br/cna/panorama-do-agro>>. Acesso em: 23 de mai. 2020.

CORCINO, C. O. *et al.* Avaliação do efeito do uso de agrotóxicos sobre a saúde de trabalhadores rurais da fruticultura irrigada. *Ciência Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 24, n.8, p. 3117-3128, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/csc/2019.v24n8/3117-3128/pt/>>. Acesso: 05 de jun. 2020.

CORRÊA, Ana Luiza Bacelo. *Utilização de equipamento de proteção individual: o entendimento do produtor*. 2017. 131 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ufpel.edu.br:8080/bitstream/prefix/3849/1/Dissertacao_Ana_Luiza_Bacelo_Correa.pdf>. Acesso em: 21 de mar. 2020.

FALQUETO, J. M. Z.; HOFFMANN, V. E.; FARIAS, J. S. Saturação teórica em pesquisas qualitativas: Relato de uma experiência de aplicação em estudo na área de administração. *Revista de Ciências da Administração*, [Santa Catarina], v. 20, n. 52, p. 40-53, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/2175-8077.2018V20n52p40/pdf>>. Acesso em: 15 de jun. 2020.

FEIX, R. D.; LEUSIN JÚNIOR, S. *Painel do agronegócio no Rio Grande do Sul* — 2019. Porto Alegre: SEPLAG, DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, 2019. Disponível em: <<https://estado.rs.gov.br/upload/arquivos//painel-do-agronegocio-no-rs-2019.pdf>>. Acesso em: 13 de mai. 2020.

FERREIRA, D. C.; LEITE, M. R.; LIMA, M. J. N. C. Segurança e saúde dos trabalhadores rurais em regime de economia familiar. *Revista Interdisciplinar em Violência e Saúde*, Cajazeiras – PB, v. 2, n.1, jan./dez. 2019. Disponível em: <<http://www.editoraverde.org/portal/revistas/index.php/revis/article/view/70/115>>. Acesso em: 16 de abr. 2020.

FERREIRA, Haroldo da Silva. *Redação de trabalhos acadêmicos: nas áreas das ciências biológicas e da saúde*. Rio de Janeiro: Rubio, 2011.

FINKLER, Bruna. *O uso de equipamentos de proteção individual durante a aplicação de agrotóxicos: um estudo com agricultores no interior do RS*. 2017. 46 f. TCC (Graduação) - Curso de Enfermagem, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/1889/1/Bruna%20Finkler.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2020.

GAUDIOSO, C. E. V. *et al.* Saúde do trabalhador rural: Uma revisão bibliográfica. *Revista ciências do trabalho*, [s.l.], n.11, 2018. Disponível em: <<https://rct.dieese.org.br/index.php/rct/article/view/166>>. Acesso em: 06 de abr. 2020.

GELINSKI, L. J. N.; FILIPPI, E. E. Desenvolvimentismo e consolidação da agricultura Brasileira. *Revista Agropampa*, [Rio Grande do Sul], v. 1, n.1, p. 35-48, jan./jun. 2016. Disponível em:

<<http://200.132.146.161/index.php/agropampa/article/view/17236/8477>>. Acesso em: 26 de mar. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. *Censo Agropecuário*, 2017. Disponível em: <<https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>>. Acesso em: 16 de mar. 2020.

LIMA, A. F.; SILVA, E. G. A.; IWATA, B. F. Agriculturas e agricultura familiar no Brasil: uma revisão de literatura. *Revista Retratos de assentamento*, [Piauí], v.21, n.2, p. 50-68, 2019. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/228824699.pdf>>. Acesso em: 24 de mar.2020.

MEDEIROS, Fernando Estevam de. *Riscos ocupacionais na agricultura brasileira*. 2018. 21 f. Artigo (Mestrado em Sistemas Agroindustriais) - Programa de Pós-Graduação em Sistemas Agroindustriais, Universidade Federal De Campina Grande, Pombal, 2018. Disponível em: <<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/bitstream/riufcg/4379/1/FERNANDO%20ESTEVAM%20DE%20MEDEIROS%20-%20ARTIGO%20-%20PPGSA%20-%20PROFISSIONAL%202018.pdf>>. Acesso em: 23 de mar. 2020.

MENDES, R. M.; MISKULIN, R. G. S. A análise de conteúdo como uma metodologia. *Cadernos de Pesquisa*, [s.l.], v. 47, n.165, p. 1044-1066, 2017. Disponível em:<<https://www.scielo.br/pdf/cp/v47n165/1980-5314-cp-47-165-01044.pdf>>. Acesso em: 05 de jun. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: HUCITEC, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. *Revista Pesquisa Qualitativa*, São Paulo, v. 5, n. 7, p. 01-12, 2017. Disponível em:<<https://editora.sepq.org.br/index.php/rpq/article/view/82>>. Acesso em: 15 de jun. 2020.

MIRANDA, S. V. C.; DURAES, P. S.; VASCONSELLOS, L. C. F. A visão do homem trabalhador rural norte-mineiro sobre o cuidado em saúde no contexto da atenção primária à saúde. *Ciência & saúde coletiva*, Rio de Janeiro, n.25, v.4, p. 1519- 1527, 2020. Disponível em:<<https://www.scielo.org/article/csc/2020.v25n4/1519-1528/pt/>>. Acesso em: 20 de mai. 2020.

MOREIRA, J. P. L. *et al.* A saúde dos trabalhadores da atividade rural no brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.31, n. 8, p. 1698- 1708, 2015. Disponível em:<<https://www.scielo.br/pdf/csp/v31n8/0102-311X-csp-31-8-1698.pdf>>. Acesso em: 24 de mar. 2020.

MORÉ, Carmen Leontina Ojeda Ocampo. A “entrevista em profundidade” ou “semiestruturada”, no contexto da saúde. *Investigação qualitativa em ciências sociais*, [Santa Catarina], v. 3, p.126-131, 2015. Disponível em: <<file:///C:/Users/Carla%20Oliveira/Downloads/158-Texto%20Artigo-629-1-10-20150721.pdf>>. Acesso em: 05 de jun. 2020.

NETO, Aroldo Antônio de Oliveira (org.). *A cultura do arroz*. Brasília: CONAB, 2015.

OLIVEIRA, *et al.* O cotidiano de enfermeiros em áreas rurais na estratégia saúde da família. *Revista Brasileira de Enfermagem*, [s.l.], v. 72, n.4, p. 970-7, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/reben/v72n4/pt_0034-7167-reben-72-04-0918.pdf>. Acesso em: 9 de mai. 2020.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. *Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração*. Manual de Pós-graduação, Universidade Federal de Goiás, Catalão, GO, 2011. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf>. Acesso em: 10 de jun. 2020.

PASSO DO SOBRADO, Secretária municipal de saúde. *Estabelecimentos de saúde*. [2020?]. Disponível em: <<https://www.passodosobrado.rs.gov.br/site/prefeitura.php?dpto=2>>. Acesso em 02 de jun. 2020.

PASSO DO SOBRADO, Saúde. *Informações referentes à ESF 1*. Destinatário: Carla Adriana de Oliveira. Passo do Sobrado, 15 de jun. 2020. 1 mensagem eletrônica.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. *Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. Universidade FEEVALE. Novo Hamburgo, RS, 2013.

REDE NACIONAL DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DO TRABALHADOR. *Manual de gestão e gerenciamento*. São Paulo, [s.n.], 2006, p.82. Disponível em: <<http://renastonline.ensp.fiocruz.br/recursos/manual-gestao-gerenciamento-rede-nacional-atencao-integral-saude-trabalhador>>. Acesso em: 17 dez. 2018.

RISTOW, L. P. *et al.* Análise de políticas públicas na área da saúde do trabalhador rural. *Revista Saúde e Desenvolvimento*, [s.l.], v.11, n.7, p. 63-81, abr./ jun. 2017. Disponível em: <<https://www.uninter.com/revistasauade/index.php/saudeDesenvolvimento/article/view/648/394>>. Acesso em: 22 de mar. 2020.

ROSA, K. *et al.* Vigilância em saúde do trabalhador: um estudo sobre acidentes graves do trabalho. *Revista de epidemiologia e controle de infecção*, Santa Cruz do Sul, RS, v.6, 2016. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/epidemiologia/article/view/8190>>. Acesso em: 01 de jun. 2020.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. *Perfil das cidades gaúchas, Passo do Sobrado*: SEBRAE, 2019. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/municipios/rs/Perfil_Cidades_Gauchas-Passo_do_Sobrado.pdf>. Acesso em: 02 de jun. 2020.

SILVA, A. S.; FONSECA, A. I. A. O espaço rural: percepção dos riscos trabalhistas nos projetos de irrigação Gorutuba/Lagoa Grande e Jaíba-MG. *Revista Tocantinense de Geografia*, Araguaína, TO, v.9, n.17, p.63-76, jan./ abr. 2020. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/geografia/article/view/8418/16570>>. Acesso em: 23 de abr. 2020.

SILVA, E. E. V. *Riscos ocupacionais nas práticas agrícolas familiares no interior do estado da Paraíba*. 2017, 26 f. Artigo (Mestrado em Sistemas Agroindustriais) - Programa de Pós-Graduação em Sistemas Agroindustriais, Universidade Federal de Campina Grande, Pombal, 2018. Disponível em: <<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/4210>>. Acesso em: 16 de abr. 2020.

SILVA, *et al.* Fumicultores da zona rural de Pelotas (RS), no Brasil: exposição ocupacional e a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI). *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 97, p. 347-353, abr./jun. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-11042013000200016&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 8 de mai. 2020.

SILVA, Evelyn Siqueira da. *A saúde do campo e o processo de trabalho da equipe de saúde da família recife*. 2017. 128 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Instituto Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz. 2017. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/32233>>. Acesso em: 2 de mai. 2020.

SILVA, E. M. *et al.* Os desafios no trabalho da enfermagem na estratégia saúde da família em área rural: revisão integrativa. *Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde*, [s.l.], v. 14, n.28, p. 1- 12, 2018. Disponível em:<<http://www.seer.ufu.br/index.php/hygeia/article/view/35628> >. Acesso em: 8 de mai. 2020.

SILVA, E. J.; LIMA, M. G.; MARZIALE, M. H. P. O conceito de risco e os seus efeitos simbólicos nos acidentes com instrumentos perfuro cortantes. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, v. 65, n.5, p. 809 – 14, 2012. Disponível em:<<https://www.scielo.br/pdf/reben/v65n5/14.pdf>>. Acesso em: 16 de abr. 2020.

SILVA, H. S.; FOSSÁ, M. I.T. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. *Qualit@s Revista Eletrônica*, Campina Grande, PB, v. 17, n.1, p. 1 – 14, 2015. Disponível em:<<file:///C:/Users/Carla%20Oliveira/Downloads/2113-7552-1-PB.pdf>>. Acesso em: 05 de jun. 2020.

SMARTLAB. Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho: Promoção do Meio Ambiente Guiado por Dados. *Notificação de acidente de trabalho por setor econômico*, 2020. Disponível em:<<https://smartlabbr.org/sst>>. Acesso em: 20 de abr. 2020.

SOUZA, John Gonçalves de. Ruído ocupacional: suas consequências na saúde dos trabalhadores. 2019. 34 f. Monografia (Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Segurança do Trabalho) - Centro Universitário de Lavras. 2019. Disponível em:<<http://dspace.unilavras.edu.br/handle/123456789/318>>. Acesso em: 20 de ago. 2020.

VEIGA, M. M.; ALMEIDA, R.; DUARTE, F. O desconforto térmico provocado pelos equipamentos de proteção individual (epi) utilizados na aplicação de agrotóxicos. *Laboreal*, [s.l.], v. XII, n. 2, p. 83 – 94, 2016. Disponível em:<<http://www.scielo.mec.pt/pdf/lab/v12n2/v12n2a07.pdf>>. Acesso em: 10 de jun. 2020.

VIEIRA, C. K. *et al.* Caracterização do trabalho rural e os riscos ocupacionais suscetíveis na agropecuária. *Revista interdisciplinar de ensino, pesquisa e extensão*, [s.l.], v. 6, p. 22 –29, 2018. Disponível em: <http://revistaeletronica.unicruz.edu.br/index.php/electronica/article/view/7971/pdf_179>. Acesso em: 9 de mai. 2020.

APÊNDICE A - Instrumento para coleta de dados

1- Perfil do trabalhador

- A- Codinome
- B- Sexo
- C- Idade
- D- Estado civil
- E- Número de filhos
- F- Escolaridade

2- Histórico ocupacional do trabalhador

- A- Tipo de cultura produzida:
 Milho Arroz Soja Fumo
- B- Tipo de relação trabalhista:
 Proprietário Arrendatário Assalariado Temporário
- C- Há quanto tempo trabalha como agricultor?
- D- Qual sua jornada de trabalho diária?
- E- Gosta do trabalho rural que realiza? Por que gosta do setor agrícola?
- F- Quais riscos expõem-se para a realização das atividades laborais?

3- Uso dos equipamentos de proteção individual

- A- Você utiliza EPI? Sim Não
- B- Para você, qual a finalidade dos EPIs?
- C- Quais tipos de EPIs você faz uso?
- D- Para a realização de quais atividades você utiliza os EPIs?
- E- Quantas vezes, em um período de sete dias você utiliza os EPIs?
 0 1 a 2 3 a 4 5 a 6 7 Mais vezes
- F- Considera o uso dos EPIs importante para a sua saúde? Por quê?
- G- Quais os cuidados que tem com os EPIs depois de utilizar, no que se refere à limpeza e guarda?
- H- Com que frequência compra novos EPIs?

4- Orientações sobre os cuidados com a saúde

- A- Quais orientações você recebeu sobre o uso dos EPIs?
- B- Recebeu informações referentes aos benefícios para sua saúde? Quais?
- C- Quem é responsável por fornecer essas informações?
- D- Com qual frequência às informações lhes são disponibilizadas?

APÊNDICE B – Ofício de solicitação de autorização à instituição

Santa Cruz do Sul 10 de junho de 2020.

Senhor Secretário,

Cumprimentando-o cordialmente, solicito através do presente instrumento autorização para a realização do projeto monográfico intitulado “O uso de equipamentos de proteção individual por agricultores: Estudo em um município no interior do Rio Grande do Sul”, desenvolvido pela acadêmica Carla Adriana de Oliveira do curso de Enfermagem da Universidade de Santa Cruz do Sul sob orientação da Prof^a. Enf^a. Dr^a Luciane Maria Schmidt Alves.

O estudo tem como objetivo geral investigar a adesão dos agricultores para o uso dos Equipamentos de Proteção Individual no município de Passo do Sobrado/RS. Já como objetivos específicos identificar o perfil sociodemográfico dos trabalhadores rurais, verificar os tipos de EPIs e a frequência da utilização destas ferramentas de proteção pelos agricultores e também averiguar a compreensão dos trabalhadores agrícolas sobre a importância do uso dos EPIs para a sua saúde.

Comprometemo-nos em seguir os princípios éticos estabelecidos pela Resolução 466/12, que regulamenta a pesquisa com seres humanos.

Assim, após o seu consentimento formal, pretende-se encaminhar o projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa para apreciação. Uma vez aprovado por esse Comitê, será iniciada a coleta de dados que atenderá todas as solicitações administrativas dessa gerência.

Contando com a autorização desta instituição, coloco-me à disposição para qualquer esclarecimento.

Atenciosamente,

Carla Adriana de Oliveira
adrianacarla423@gmail.com
Acadêmica do curso de enfermagem

Luciane Maria Schmidt Alves
lucianealves@unisc.br
Professora orientadora

APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

O uso de equipamentos de proteção individual por agricultores: Estudo em um município no interior do Rio Grande do Sul

Prezado(a) Senhor(a),

Você está sendo convidado/a para participar como voluntário do projeto de pesquisa intitulado: O uso de equipamentos de proteção individual por agricultores: Estudo em um município no interior do Rio Grande do Sul, que pretende investigar a adesão dos agricultores para o uso dos Equipamentos de Proteção Individual, vinculado ao Curso de Enfermagem da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. A pesquisadora responsável por este projeto de pesquisa é a Prof^a. Enf^a. Dr^a. Luciane Maria Schmidt Alves, que poderá ser contatada a qualquer tempo através do número (51) 996040306.

Sua participação é possível pois você atende aos critérios de inclusão previstos na pesquisa, os quais são ter idade superior a dezoito anos; cultivar uma ou mais das quatro principais plantações produzidas no município, ou seja, precisa ser produtor de soja, fumo, milho ou arroz; apresentar talão de produtor rural; estar desenvolvendo atividades agrícolas no município de Passo do Sobrado no momento da pesquisa; aceitar participar voluntariamente do estudo; concordar em assinar o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) e aceitar realizar a entrevista em sua propriedade. Portanto para possibilitar a consolidação desta pesquisa, você será convidado/a pelos pesquisadores para participar de uma entrevista semiestruturada individual em seu domicílio, que será gravada para que a pesquisadora possa realizar a interpretação dos dados com superior precisão. Ademais, o instrumento de coleta de dados tem como característica a utilização de um roteiro elaborado pela pesquisadora a fim de nortear sua entrevista.

Nessa condição, é possível que alguns desconfortos aconteçam como, por exemplo, sentir constrangimento ao responder as questões pré-determinadas pela pesquisadora, ter dificuldade em compreender as perguntas, bem como sentir-se cansado durante a entrevista. Em contraponto, ao aceitar participar dessa pesquisa os benefícios estarão associados à possibilidade de identificar quais aspectos do uso dos EPIs os profissionais da saúde necessitam enfatizar perante os trabalhadores rurais, a fim de manter uma educação continuada coerente com as necessidades esboçadas pelos labutadores. Para sua participação, enfatiza-se que todas as

despesas serão a cargo da pesquisadora, sem ônus ao participante do projeto. Por fim, os resultados do estudo serão enviados para a Secretária Municipal de Saúde para que possam divulgar e avaliar a necessidade de implementar ações de promoção em saúde junto aos agricultores, no que tange o uso dos EPIs para a realização das atividades rurais.

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido eu, _____ declaro que autorizo a minha participação neste projeto de pesquisa, pois fui informado/a, de forma clara e detalhada, livre de qualquer forma de constrangimento e coerção, dos objetivos, da justificativa e dos procedimentos que serei submetido, dos riscos, desconfortos e benefícios, assim como das alternativas às quais poderia ser submetido, todos acima listados.

Ademais, declaro que, quando for o caso, autorizo a utilização de minha imagem e voz de forma gratuita pelo pesquisador, em quaisquer meios de comunicação, para fins de publicação e divulgação da pesquisa, desde que eu não possa ser identificado através desses instrumentos (imagem e voz).

Fui, igualmente, informado/a:

- a) da garantia de receber resposta a qualquer pergunta ou esclarecimento a qualquer dúvida acerca dos procedimentos, riscos, benefícios e outros assuntos relacionados com a pesquisa;
- b) da liberdade de retirar meu consentimento, a qualquer momento, e deixar de participar do estudo, sem que isto traga prejuízo à continuação de meu cuidado e tratamento;
- c) da garantia de que não serei identificado quando da divulgação dos resultados e que as informações obtidas serão utilizadas apenas para fins científicos vinculados ao presente projeto de pesquisa;
- d) do compromisso de proporcionar informação atualizada obtida durante o estudo, ainda que essa possa afetar a minha vontade em continuar participando;
- e) da disponibilidade de tratamento médico e indenização, conforme estabelece a legislação, caso existam danos a minha saúde, diretamente causados por esta pesquisa; e,
- f) de que se existirem gastos para minha participação nessa pesquisa, esses serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa.

O presente documento foi assinado em duas vias de igual teor, ficando uma com o voluntário da pesquisa ou seu representante legal e outra com o pesquisador responsável.

O Comitê de Ética em Pesquisa responsável pela apreciação do projeto pode ser consultado, para fins de esclarecimento, através do telefone: (051) 3717- 7680.

Local: _____ Data: __ / __ / ____

Nome e assinatura do voluntário

Nome e assinatura do responsável
pela apresentação desse termo de
consentimento

ANEXO A - Termo de aceite institucional*Estado do Rio Grande do Sul***Prefeitura Municipal de Passo do Sobrado****TERMO DE ACEITE INSTITUCIONAL**

Passo do Sobrado, 09 de julho de 2020.

Ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Santa Cruz do Sul (CEP-UNISC)

Prezados Senhores,

Declaramos para os devidos fins conhecer o projeto de pesquisa intitulado: “O USO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL POR AGRICULTORES: ESTUDO EM UM MUNICÍPIO NO INTERIOR DO RIO GRANDE DO SUL”, desenvolvido pela acadêmica Carla Adriana de Oliveira do Curso de Enfermagem, da Universidade de Santa Cruz do Sul-UNISC, sob a orientação da Prof^ª. Dr^ª. Luciane Maria Schmidt Alves, bem como os objetivos e a metodologia da pesquisa e autorizamos o desenvolvimento na Estratégia de Saúde da Família Passo do Sobrado 1.

Informamos concordar com o parecer ético que será emitido pelo CEP-UNISC, conhecer e cumprir a Resolução do CNS 466/12 e demais Resoluções Éticas Brasileiras. Esta instituição está ciente das suas corresponsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa e no seu compromisso do resguardo da segurança e bem estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária.

Atenciosamente,

Emanuel Helfer Kroth

Secretário Municipal de Saúde de Passo do Sobrado